




SPRINGS
GLOBAL

SGPS
B3 LISTED NM

Resultados 3T2024

17 de outubro de 2025

casa moysés mmartan ARTEX  SANTISTA  Persono



Springs Global: Renegociação de Debêntures no 3T24

São Paulo, 17 de outubro de 2025 - A Springs Global Participações S.A. (Springs Global) – em recuperação judicial, empresa do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho, apresentou receita líquida de R\$ 105,1 milhões no terceiro trimestre de 2024.

Os principais destaques no 3T2024 foram:

Receita líquida: R\$ 105,1 milhões, -36,5% entre anos

Receita *sell-out* (GMV)^(b) do Varejo: R\$ 93,3 milhões, -39,8% entre anos

Lucro bruto: 9,8 milhões com aumento de 55,6% em relação ao 3T2023

Receita líquida do Atacado: R\$ 56,2 milhões, com redução de 30,3% entre anos

Resultado operacional: - R\$ 59,7 milhões, *versus* - R\$ 88,7 milhões no 3T2023

Pedido de recuperação judicial realizado em maio de 2024, com aprovação em julho de 2024. Apresentação do Plano de recuperação Judicial em setembro de 2024.

Resultado líquido - R\$ 67,4 milhões, *versus* - R\$ 173,8 milhões no 3T2023

Renegociação das debêntures da controlada CSA e controlada indireta AMMO, com efeitos no 3ITR2024 sobre os novos termos e condições de pagamento.

EBITDA ajustado^{(a),1}: - R\$ 39,3 milhões, *versus* - R\$ 61,3 milhões no 3T2023

¹ Ver reconciliação na tabela 4

As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Companhia e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("ODERNES") para elas, a controlada CSA e outras empresas do grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretenderia executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada CSA e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios impactados negativamente pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo. Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	1.015	106.112
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	9.961	344.735
ME e EPP	-	8.477
Não sujeito	-	597.740
Fiscal	1.140	410.539
	-----	-----
	12.116	1.846.666
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) criação de fundos de investimento para viabilizar o pagamento de parte dos credores.

A segunda lista de credores consolidada da Companhia e demais empresas do Grupo foi publicada em 19 de fevereiro de 2025 no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10, da Lei nº

11.101/2005. Oportunamente, a Administração Judicial apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005.

Em 09 de maio de 2025 foi publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a convocação da assembleia geral de credores (“AGC”) para realização, em ambiente virtual, nos dias 12 de junho de 2025 (1ª convocação) e 26 de junho de 2025 (2ª convocação).

Em continuidade a AGC instalada em 26 de junho de 2025, foi realizada assembleia em 07 de agosto de 2025. Dentre os assuntos em pauta, foram explanados maiores detalhes sobre a atualização do PRJ, que foi apresentado nos autos em 31 de julho de 2025. Após votação dos credores, os trabalhos da AGC foram suspensos até o dia 12 de setembro de 2025.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando nas negociações com seus credores. Desta forma, em 12 de setembro de 2025, devido à complexidade jurídica envolvida no plano, foi deliberado o adiamento dos trabalhos, com a suspensão e remarcação da AGC para o dia 13 de novembro de 2025.

Eventos subsequentes

Nesta seção, são apresentadas as principais informações de forma resumida. Para informações completas, favor ler Nota Explicativa 28. EVENTOS SUBSEQUENTES das Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas a 30 de setembro de 2024.

Repactuação de empréstimos e financiamentos

As repactuações apresentadas abaixo não estão refletidas nas demonstrações financeiras.

Em novembro de 2024, a controlada Coteminas repactou dívidas no montante de R\$ 4,1 milhões com Banco Sofisa e, em setembro de 2025, repactuou o montante de 11,2 milhões com o Banco ABC.

Em junho de 2025, a controlada CSA entregou imóvel de Vinhedo em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco no valor de R\$64.611 (R\$26.332 em empréstimos da controlada CSA). Nesta operação houve um ganho de R\$222.

Debêntures

Em maio de 2025, a controlada indireta AMMO realizou amortização extraordinária parcial de suas Debêntures, no montante de R\$71,8 milhões. Os valores tiveram origem em créditos detidos pela controladora indireta Wembley S.A. perante a Cantagalo General Grains, vinculados ao contrato de alienação fiduciária das Debêntures, em conformidade com as condições contratuais vigentes.

Investimento em coligada

Em abril de 2025, a controlada indireta AMMO realizou contrato de compra e venda parcial das ações da coligada A11I Tecnologia S.A., pelo valor de R\$12,1 milhões. Em Agosto de 2025, todos os termos do contrato e da legislação aplicável a Recuperação Judicial foram cumpridos. O valor foi integralmente liquidado e a controlada indireta AMMO passou a deter 19% de participação na coligada.

Encerramento de lojas

Em 2024, no contexto de reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta AMMO realizou o fechamento de 33 lojas próprias (29 lojas foram encerradas até 30 de setembro de 2024). A provisão para perdas sobre as benfeitorias em imóveis de terceiros, pontos comerciais e outros ativos imobilizados destas lojas já estavam provisionados em 31 de dezembro de 2023.

Em 2025, a administração da controlada indireta AMMO realizou o fechamento de 21 lojas próprias. A provisão para perdas sobre as benfeitorias em imóveis de terceiros, pontos comerciais e outros ativos imobilizados destas lojas foram provisionados em 31 de dezembro de 2024.



Desempenho Consolidado

Receita

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 105,1 milhões no 3T2024, sendo 36,5% inferior ao mesmo período de 2023.

A linha de Cama, Mesa e Banho (Cameba)^(c) foi responsável por 46,1% da receita no 3T2024, e produtos intermediários^(d) por 7,3%. A receita do Varejo contribuiu com 46,5% da receita total do 3T2024.

A receita de Cameba foi de R\$ 48,5 milhões no 3T2024, 37,7% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita de produtos intermediários somou R\$ 7,7 milhões no 3T2024, 185,2% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita líquida de varejo somou R\$ 48,9 milhões, com redução de 42,4% entre anos. A receita *sell-out* (GMV)^(d) do varejo totalizou R\$ 93,3 milhões no 3T2024, com redução de 39,8% entre anos.

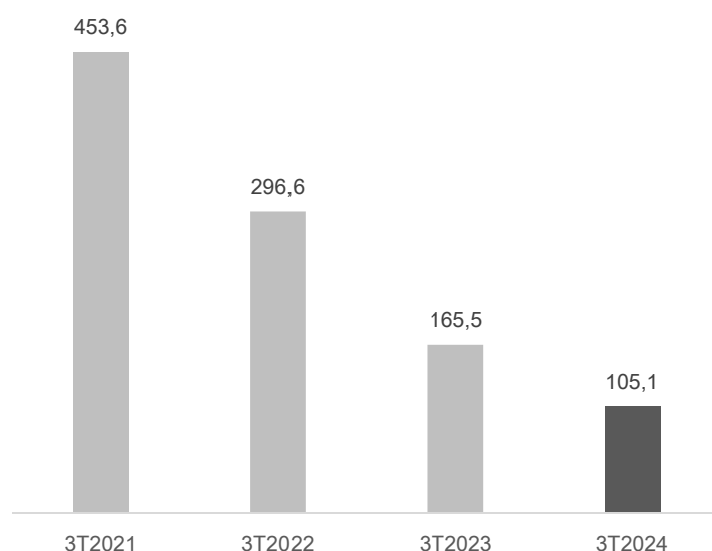


Gráfico 1 – Receita Líquida, em R\$ milhões

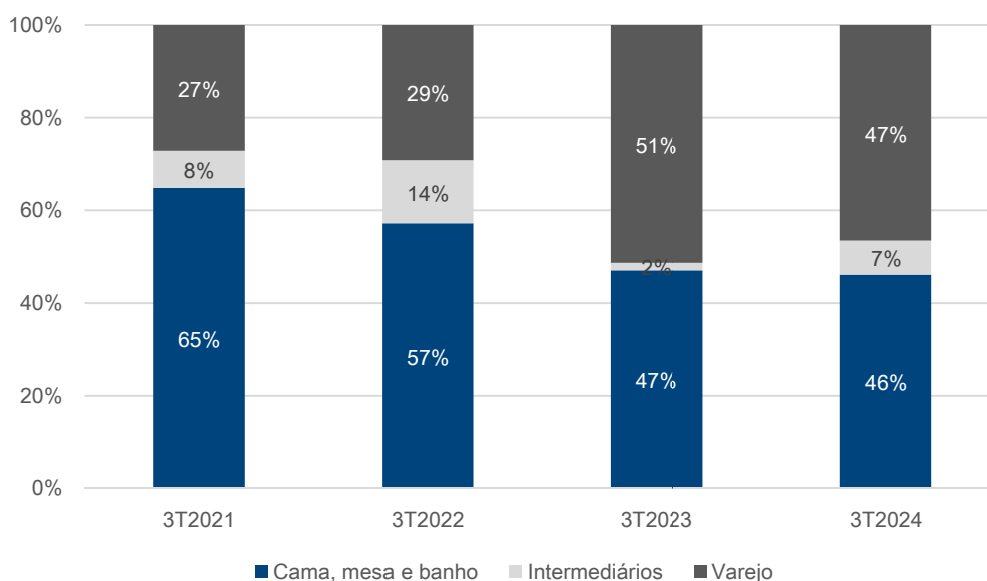


Gráfico 2 – Distribuição da receita por tipo de produto

Custo e Despesas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 66,4 milhões no 3T2024, com redução de 37,4% em relação ao mesmo período de 2023.

Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção. O custo de ociosidade foi de R\$ 29,0 milhões no 3T2024, com diminuição de 45,4% em relação ao mesmo período de 2023. Estes custos refletem principalmente a paralisação das atividades industriais desde o segundo semestre de 2023 e aos custos relativos à redução ao quadro de funcionários.

Em relação às despesas operacionais, as despesas com vendas foram de R\$ 46,2 milhões no 3T2024, com redução de 1,9% entre anos, representando 44,0% da receita líquida, ante 28,5% no mesmo período de 2023. As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R\$ 26,0 milhões no 3T2024, sendo equivalentes a 24,7% da receita líquida, *versus* 20,7% no mesmo período do ano anterior.

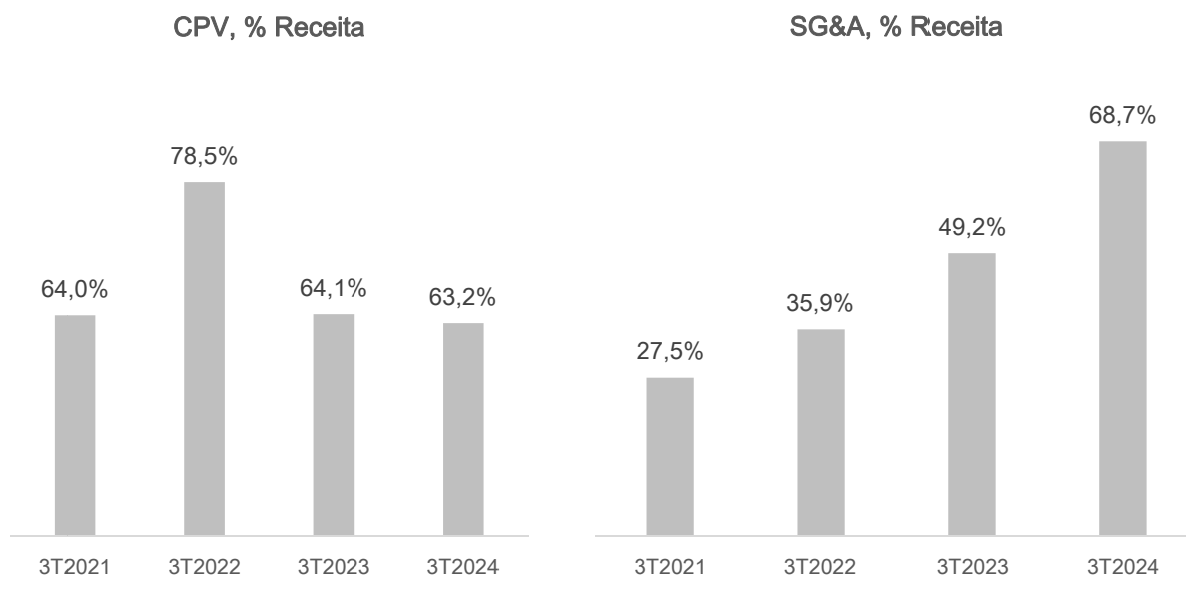


Gráfico 3 – CPV e SG&A, como % receita líquida

Outras, líquidas

“Outras, líquidas” incluem, entre outros, um ganho de R\$25,8 milhões relacionados a entrega de imóveis em dações de pagamento para quitação de empréstimos, e R\$54,5 milhões de despesa para constituição de provisões de contingências trabalhistas

“Outras, líquidas” foram receita líquida de R\$ 2,8 milhões no 3T2024, ante despesa líquida de R\$ 13,7 milhões no 3T2023 (incluindo todas as provisões realizadas nos períodos).

Propriedades para investimento

As receitas de arrendamento do empreendimento comercial somaram R\$ 2,3 milhões no 3T2024, ante R\$ 2,9 milhões no mesmo período de 2023, oriundas do *Power Center*.

As propriedades para investimento da Companhia foram avaliadas em R\$ 1,0 bilhão no 3T2024 e incluem (i) o complexo comercial de São Gonçalo do Amarante; (ii) o complexo residencial de São Gonçalo do Amarante; (iii) os imóveis de Montes Claros; e (iv) o imóvel de João Pessoa.

Indicadores financeiros

O lucro bruto totalizou R\$ 9,8 milhões no 3T2024, com margem bruta de 9,3%. Entre anos, houve aumento de R\$ 3,5 milhões, ou 55,6%, do lucro bruto e aumento de 5,5 p.p. da margem bruta.

O resultado operacional do 3T2024 foi negativo em R\$ 59,7 milhões, com redução de R\$29,0 milhões entre anos.

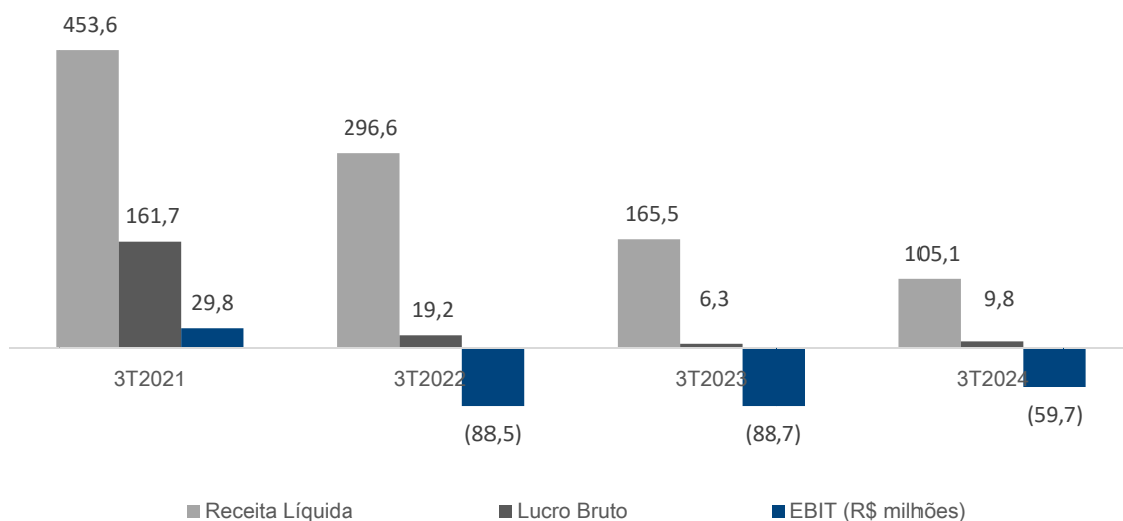


Gráfico 4 – Indicadores financeiros, em R\$ milhões

O EBITDA ajustado^(e) foi negativo R\$ 39,3 milhões no 3T2024, *versus* negativo R\$ 61,3 milhões no 3T2023. A margem EBITDA ajustado¹ foi de -37,4% no 3T2024, *versus* -37,1% no mesmo período de 2023.

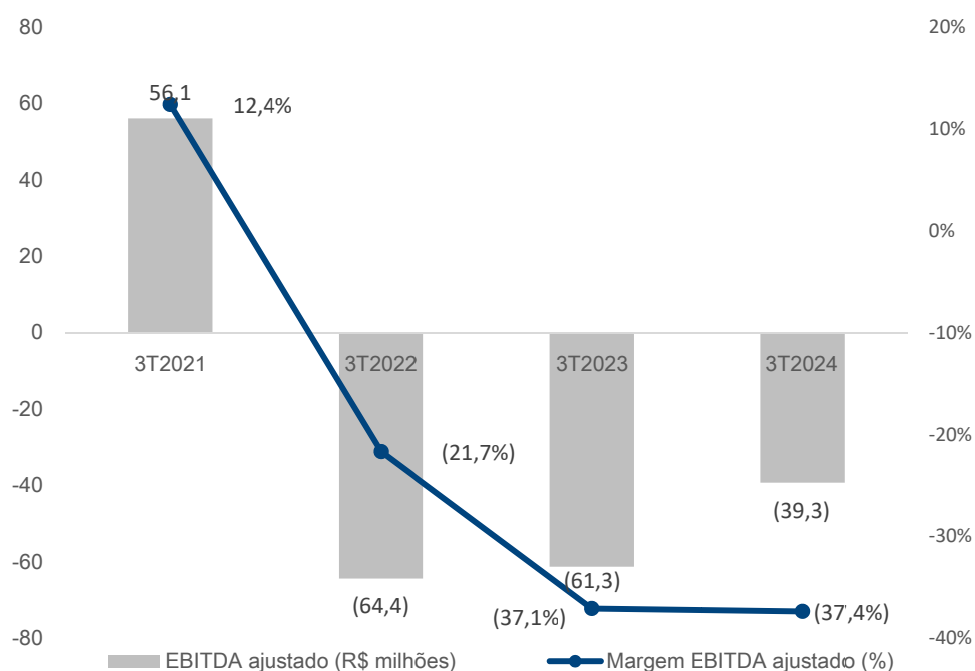


Gráfico 5 – EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

As necessidades de capital de giro totalizaram - R\$ 50,9 milhões no 3T2024, -133,3% ou R\$ 203,7 milhões, inferior entre anos, devido principalmente à redução de estoques (R\$ 61,2 milhões), duplicatas a receber (R\$ 35,6 milhões) e da conta Adiantamento de fornecedores (R\$ 18,0 milhões).

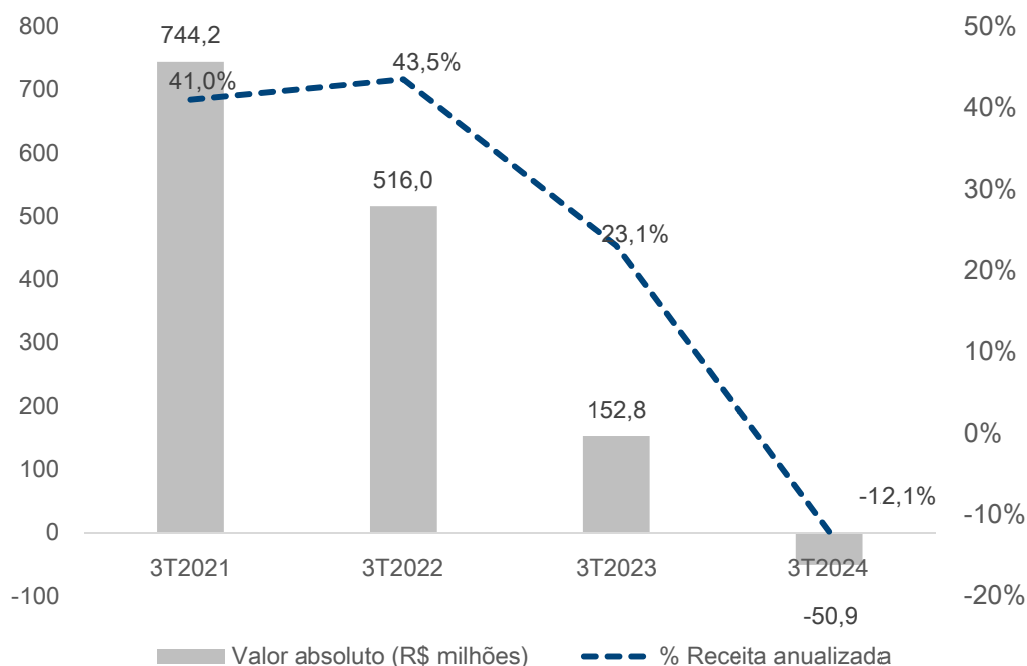


Gráfico 6 – Capital de giro, no final do período

Endividamento

Nossa posição de dívida líquida ajustada^(e) era de R\$ 785,0 milhões em 30 de setembro de 2024, ante R\$ 776,9 milhões em 30 de setembro de 2023. Nos 9M2024 fizemos amortizações de principal e juros no montante de R\$ 66,6 milhões, dações de imóveis em pagamento em R\$62,8 milhões e renovamos ou fizemos novas captações de R\$ 21,9 milhões.

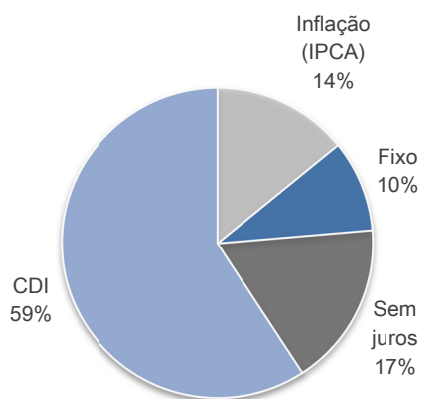


Gráfico 7 – Dívida Bruta por indexador

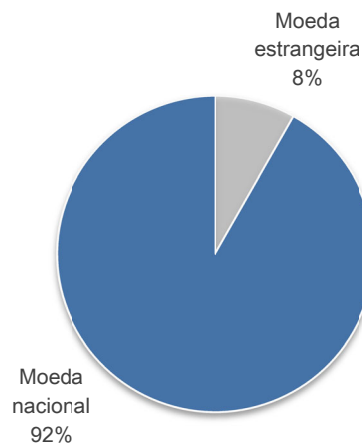


Gráfico 8 – Dívida Bruta por moeda



Diante da expectativa de não cumprimento de certos índices financeiros nas medições anuais, houve reclassificação nas parcelas de longo prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 495,9 milhões, foram reclassificados para o passivo circulante no balanço de 30 de setembro de 2024.

Debentures - AMMO

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada indireta AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa relativa às debêntures. No referido acordo, foram determinados novos termos e condições de pagamento das debêntures, além de garantias adicionais, como inclusive a marca Mmartan. Dadas as características do passivo financeiro relacionado às debêntures da controlada AMMO e os novos termos contratuais repactuados nessa operação, as debentures foram remensuradas a valor justo, aplicando a técnica de valor presente, que resultou em uma receita financeira de R\$118 milhões no 3T2024. A recomposição dos juros se dará ao longo do contrato.

Debentures - CSA

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2024, foi concedida a controlada Coteminas S.A a suspensão temporária de vencimento antecipado automático e não automático das Debêntures, por um período adicional de 6 meses.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2025, foi concedida sustação dos efeitos de vencimento antecipado. Na mesma data, a controlada CSA, Debenturistas e Garantidores assinaram aditamentos à Escritura de emissão das debentures, refletindo deliberações de Assembleia Geral de Titulares dos CRIs (AGT) realizadas entre Agosto de 2024 e Março de 2025. Nestes aditamentos, além da definição do dia 20 de agosto de 2024 como data de repactuação, foram determinados novos termos e condições de pagamento das debêntures, além de modificações relacionadas às garantias e cláusulas de vencimento antecipado.

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 7,6 milhões no 3T2024, *versus* despesa de R\$ 85,3 milhões no 3T2023.

Registramos prejuízo de R\$ 67,4 milhões no 3T2024, *versus* prejuízo de R\$ 173,8 milhões no 3T2023.



Desempenho por Segmento de Negócio

Desempenho por Segmento de Negócio

A Springs Global apresenta seus resultados segregados nos seguintes segmentos de negócio: (a) Atacado, e (b) Varejo.

Atacado

A receita líquida do segmento de negócio Atacado alcançou R\$ 56,2 milhões no 3T2024, com redução de 30,3% em relação ao 3T2023.

O CPV totalizou R\$ 40,7 milhões no 3T2024, com redução de 34,9% entre anos.

Houve redução das operações nos 3T2024 e 3T2023, com paradas programadas nas unidades fabris, resultando em custo de ociosidade e outros igual a R\$ 28,9 milhões e R\$ 53,1 milhões respectivamente.

O prejuízo bruto somou R\$ 13,4 milhões, diminuição de R\$ 21,6 milhões entre anos. As despesas de SG&A somaram R\$ 32,9 milhões, com aumento de 31,6% entre anos.

O EBITDA foi R\$ 31,4 milhões negativo no 3T2024, *versus* R\$ 52,8 milhões negativo no 3T2023.

Varejo

A receita *sell-out* (GMV) totalizou R\$ 93,3 milhões no 3T2024, com redução de 39,8% entre anos. A receita de lojas físicas (GMV) totalizou R\$ 89,2 milhões. A receita do *e-commerce* (GMV) somou R\$ 4,0 milhões, representando 4,3% da receita *sell-out* (GMV) do Varejo, *versus* 8,7% no 3T2023, com redução de 4,3 p.p entre anos.

No 3T2024, tínhamos 206 lojas, das quais 54 próprias e 152 franquias, ante 254 lojas em 2023.

A receita líquida somou R\$48,9 milhões, *versus* R\$ 84,9 milhões no 3T2023.

O custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 25,6 milhões no 3T2024, com redução de 41,3% comparado ao mesmo período de 2023, devido ao menor volume de vendas, representando 52,4% da receita líquida, ante 51,4% no 3T2023.

Em relação às despesas operacionais, as despesas com vendas foram de R\$ 32,2 milhões no 3T2024, representando 65,9% da receita líquida. As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R\$ 6,9 milhões no 3T2024, equivalentes a 14,0% da receita líquida.

O lucro bruto totalizou R\$ 23,3 milhões no 3T2024, redução de R\$ 18,0 milhões entre anos, com margem bruta de 47,6%, *versus* 48,6% no 3T2023.

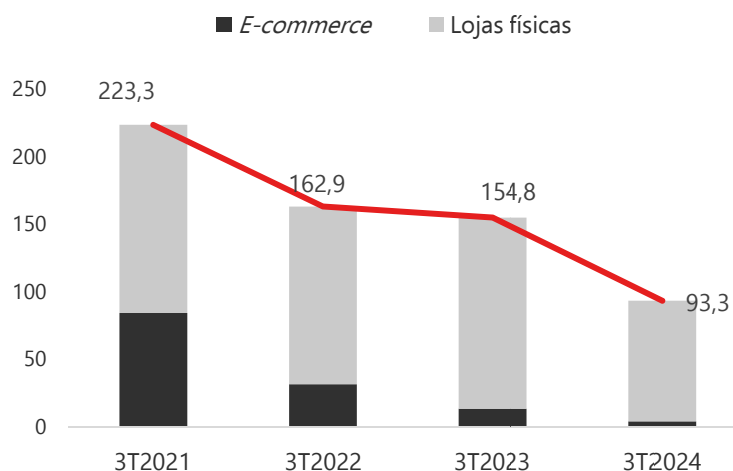


Gráfico 9 – Receita *sell-out* (GMV) do varejo, em R\$ milhões



Indicadores financeiros

Tabelas

Tabela 1 – Receita Líquida por unidade de negócio

Em R\$ milhões	3T2024	%	3T2023	%	(A)/(B)	9M2024	%	9M2023	%	(C)/(D)
	(A)		(A)		%	(C)		(D)		%
Atacado	56,2	53,5%	80,6	48,7%	(30,3%)	145,3	47,3%	246,8	48,9%	(41,1%)
Varejo	48,9	46,5%	84,9	51,3%	(42,4%)	161,9	52,7%	258,2	51,1%	(37,3%)
Receita líquida total	105,1	100,0%	165,5	100,0%	(36,5%)	307,2	100,0%	505,0	100,0%	(39,2%)

Tabela 2 – Receita Líquida por linha de produto

Linha de Produtos	Receita líquida (R\$ milhões)			Volume (ton mil)			Preço médio (R\$/Kg)		
	3T2024	3T2023	(A)/(B)	3T2024	3T2023	(C)/(D)	3T2024	3T2023	(E)/(F)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%	(E)	(F)	%
Cama, mesa e banho	48,5	77,9	(37,7%)	1,3	1,2	6,5%	37,3	63,8	(41,5%)
Produtos intermediários	7,7	2,7	185,2%	0,4	0,3	33,3%	19,3	9,0	113,9%
Varejo	48,9	84,9	(42,4%)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Total	105,1	165,5	(36,5%)	1,7	1,5	11,8%	61,8	108,8	(43,2%)

Tabela 3 – Custo dos produtos vendidos (CPV), Custo de ociosidade e outros, e Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A)

Em R\$ milhões	3T2024	3T2023	(A)/(B)	9M2024	9M2023	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
CPV	66,4	106,1	(37,4%)	207,2	318,2	(34,9%)
CPV, % Receita	63,2%	64,1%	(0,9p.p.)	67,4%	63,0%	4,4p.p.
Custo de ociosidade e outros	29,0	53,1	(45,4%)	111,0	178,9	(38,0%)
Despesas de vendas	46,2	47,1	(1,9%)	135,4	180,7	(25,1%)
Despesas gerais e administrativas	26,0	34,3	(24,2%)	80,4	106,5	(24,5%)
SG&A	72,2	81,4	(11,3%)	215,8	287,2	(24,9%)
SG&A, % Receita	68,7%	49,2%	19,5p.p.	70,2%	56,9%	13,4p.p.

Tabela 4 – Reconciliação EBITDA e EBITDA ajustado

Em R\$ milhões	3T2024	3T2023	(A)/(B)	9M2024	9M2023	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Lucro (prejuízo) líquido	(67,4)	(173,8)	(61,2%)	(403,9)	(841,1)	(52,0%)
(+) Imposto de renda e contribuição social	-	(0,2)	(100,0%)	0,1	15,1	(99,3%)
(+) Resultado financeiro	7,7	85,3	(91,0%)	155,9	265,3	(41,2%)
(+) Depreciação e amortização	16,6	22,6	(26,5%)	52,7	70,2	(24,9%)
EBITDA	(43,1)	(66,2)	(34,9%)	(195,2)	(490,5)	(60,2%)
<i>Margem EBITDA %</i>	<i>(41,0%)</i>	<i>(40,0%)</i>	<i>(1,0p.p.)</i>	<i>(63,5%)</i>	<i>(97,1%)</i>	<i>33,6p.p.</i>
(-) Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	(0,6)	-	n.a	(27,0)	(1,5)	1700,0%
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	0,1	(100%)	(0,8)	16,3	(104,9%)
(+) Outras Provisões	4,5	4,8	(6,3%)	54,5	47,7	14,3%
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	(0,1)	-	n.a	(0,9)	135,3	(100,7%)
EBITDA ajustado	(39,3)	(61,3)	(59,5%)	(169,4)	(292,7)	(42,1%)
<i>Margem EBITDA ajustado %</i>	<i>(37,4%)</i>	<i>(37,0%)</i>	<i>(0,4p.p.)</i>	<i>(55,1%)</i>	<i>(58,0%)</i>	<i>2,8p.p.</i>

Tabela 5 – EBITDA por unidade de negócio e margem EBITDA

Linha de Produtos	3T2024	3T2023	(A)/(B)	9M2024	9M2023	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Atacado	(31,4)	(52,6)	(40,3%)	(149,5)	(350,9)	(57,4%)
Varejo	(10,9)	(4,9)	122,4%	(44,6)	(19,0)	134,7%
Despesas não alocáveis	(0,8)	(8,6)	(90,7%)	(1,1)	(120,7)	(99,1%)
EBITDA	(43,1)	(66,1)	(34,8%)	(195,2)	(490,6)	(60,2%)
EBITDA Ajustado	(39,3)	(61,3)	(35,9%)	(169,4)	(292,7)	(42,1%)
Margem EBITDA%	(41,0%)	(40,0%)	(1,0p.p.)	(63,5%)	(97,1%)	33,6p.p.
Margem EBITDA ajustado %	(37,4%)	(37,0%)	(0,4p.p.)	(55,1%)	(58,0%)	2,8p.p.

Tabela 6 – Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	3T2024	3T2023	(A)/(B)	9M2024	9M2023	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Receitas financeiras	120,7	19,9	506,5%	141,0	62,4	126,0%
Despesas financeiras - juros e encargos	(81,1)	(69,2)	17,2%	(208,3)	(225,5)	(7,6%)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(47,9)	(26,1)	83,5%	(76,1)	(84,6)	(10,0%)
Juros sobre arrendamentos	(0,7)	(2,1)	(66,7%)	(2,2)	(7,0)	(68,6%)
Resultado financeiro, ex-variação cambial	(9,0)	(77,5)	(88,4%)	(145,6)	(254,7)	(42,8%)
Variações cambiais líquidas	1,4	(7,8)	(117,9%)	(10,2)	(10,6)	(3,8%)
Resultado financeiro	(7,6)	(85,3)	(91,1%)	(155,8)	(265,3)	(41,3%)

Tabela 7 – Capital de Giro

Em R\$ milhões	3T2024	2T2024	3T2023	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Duplicatas a receber	95,7	89,2	131,3	7,3%	(27,1%)
Estoques	203,8	204,2	265,0	(0,2%)	(23,1%)
Adiantamento a fornecedores	11,6	10,0	29,6	16,0%	(60,8%)
Fornecedores	(362,0)	(341,2)	(273,1)	6,1%	32,6%
Capital de giro	(50,9)	(37,8)	152,8	34,7%	(133,3%)

Tabela 8 – Endividamento

Em R\$ milhões	3T2024	2T2024	3T2023	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Empréstimos e financiamentos	708,4	694,0	738,0	2,1%	(4,0%)
Debêntures	322,4	398,7	364,5	(19,1%)	(11,6%)
Dívida bruta	1.030,8	1.092,7	1.102,5	(5,7%)	(6,5%)
Caixa e títulos e valores mobiliários	(68,9)	(71,3)	(105,8)	(3,4%)	(34,9%)
Dívida líquida	961,9	1.021,4	996,7	(5,8%)	(3,5%)
Debênture conversível	(176,9)	(258,4)	(219,8)	(31,5%)	(19,5%)
Dívida líquida ajustada	785,0	763,0	776,9	2,9%	1,0%

Tabela 9 – Principais indicadores da unidade de negócio Atacado

Em R\$ milhões	3T2024 (A)	2T2024 (B)	3T2023 (C)	(A)/(B) %	(A)/(C) %	9M2024 (D)	9M2023 (E)	(D)/(E) %
Receita líquida	56,2	36,6	80,6	53,6%	(30,3%)	145,3	246,8	(41,1%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(40,7)	(41,0)	(62,5)	(0,8%)	(34,9%)	(124,5)	(190,9)	(34,8%)
(-) Custo de ociosidade e outros	(28,9)	(33,7)	(53,1)	(14,2%)	(45,6%)	(111,0)	(178,9)	(38,0%)
Lucro (prejuízo) bruto	(13,4)	(38,1)	(35,0)	(64,9%)	(61,7%)	(90,2)	(123,0)	(26,7%)
Margem Bruta %	(23,8%)	(104,2%)	(43,4%)	80,3p.p.	19,6p.p.	(62,1%)	(49,8%)	(12,2p.p.)
(-) Despesas de SG&A	(32,9)	(17,1)	(25,0)	92,4%	31,6%	(77,1)	(109,6)	(29,7%)
(-) Provisão para reestruturação	-	-	(4,8)	n.a.	n.a.	-	(47,7)	(100,0%)
(+/-) Outros	2,8	(11,7)	(3,2)	(124,0%)	(187,5%)	(19,9)	(115,3)	(82,7%)
Resultado Operacional	(43,5)	(66,9)	(68,0)	(35,0%)	(36,0%)	(187,2)	(395,6)	(52,7%)
(+) Depreciação e Amortização	12,1	12,2	15,2	(0,8%)	(20,4%)	37,7	44,7	(15,7%)
EBITDA	(31,4)	(54,7)	(52,8)	(42,6%)	(40,5%)	(149,5)	(350,9)	(57,4%)
Margem EBITDA%	(55,9%)	(149,5%)	(65,5%)	93,6p.p.	9,6p.p.	(102,9%)	(142,2%)	39,3p.p.

Tabela 10 – Principais indicadores da unidade de negócio Varejo

Em R\$ milhões	3T2024 (A)	2T2024 (B)	3T2023 (C)	(A)/(B) %	(A)/(C) %	9M2024 (D)	9M2023 (E)	(D)/(E) %
Receita líquida	48,9	50,5	84,9	(3,2%)	(42,4%)	161,9	258,2	(37,3%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(25,6)	(24,9)	(43,6)	2,8%	(41,3%)	(82,7)	(127,3)	(35,0%)
Lucro bruto	23,3	25,6	41,3	(9,0%)	(43,6%)	79,2	130,9	(39,5%)
Margem Bruta %	47,6%	50,7%	48,6%	(3,0 p.p.)	(1,0 p.p.)	48,9%	50,7%	(1,8 p.p.)
(-) Despesas de SG&A	(39,0)	(47,5)	(52,9)	(17,9%)	(26,3%)	(137,6)	(166,3)	(17,3%)
(+/-) Outros	0,4	(0,3)	0,2	n.a.	100,0%	(1,1)	(6,1)	(82,0%)
Resultado Operacional	(15,3)	(22,2)	(11,4)	(31,1%)	n.a.	(59,5)	(41,5)	43,4%
(+) Depreciação e Amortização	4,5	5,4	6,5	(16,7%)	(30,8%)	15,0	22,5	(33,3%)
EBITDA	(10,8)	(16,8)	(4,9)	(35,7%)	120,4%	(44,5)	(19,0)	134,2%
Margem EBITDA%	(22,1%)	(33,3%)	(5,8%)	11,2 p.p.	(16,3 p.p.)	(27,5%)	(7,4%)	2,7 p.p.
Número de lojas	206	236	254	(12,7%)	(18,9%)	206	254	(18,9%)
Própria Mmartan e Casa Moisés	38	42	37	(9,5%)	2,7%	38	37	2,7%
Franquia Mmartan	100	108	113	(7,4%)	(11,5%)	100	113	(11,5%)
Própria Artex	16	31	40	(48,4%)	(60,0%)	16	40	(60,0%)
Franquia Artex	52	55	64	(5,5%)	(18,8%)	52	64	(18,8%)
Receita bruta sell out	93,3	110,1	154,8	(15,3%)	(39,8%)	325,8	482,4	(32,5%)
Lojas físicas	89,2	103,2	141,4	(13,5%)	(36,9%)	301,5	424,4	(29,0%)
E-commerce	4,0	6,9	13,4	(41,7%)	(70,0%)	24,3	57,9	(58,1%)
Participação e-commerce (%)	4,3%	6,3%	8,7%	(2,0 p.p.)	(4,3 p.p.)	7,5%	12,0%	(0,4 p.p.)

Glossário

- (a) EBITDA – O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com nossas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício Circular CVM no 01/2007, quando aplicável. Calculamos nosso EBITDA como nosso lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de instalações, equipamentos e demais ativos imobilizados e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (b) Receita *sell-out* (GMV) – Receita do canal de vendas para o consumidor final.
- (c) Produtos Cama, Mesa e Banho (Cameba) – incluem lençóis e fronhas avulsos, jogos de lençóis, toalhas de mesa, toalhas de banho, tapetes e acessórios para o banheiro.
- (d) Produtos intermediários – fios e tecidos, no seu estado natural ou tintos e estampados, vendidos para pequenas e médias confecções, malharias e tecelagens.
- (e) Dívida líquida – dívida bruta menos disponibilidades financeiras. Dívida líquida ajustada – dívida líquida menos saldo da debênture conversível de emissão da controlada indireta AMMO.

Este press release pode incluir declarações que representem expectativas sobre eventos ou resultados futuros de acordo com a regulamentação de valores mobiliários brasileira e internacional. Essas declarações estão baseadas em certas suposições e análises feitas pela Companhia de acordo com a sua experiência e o ambiente econômico e nas condições de mercado e nos eventos futuros esperados, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileira e internacional, tecnologia, estratégia financeira, desenvolvimentos dos setores têxtil e de varejo, condições do mercado, incerteza a respeito dos resultados de suas operações futuras, planos, objetivos, expectativas e intenções e outros fatores assim descritos no Formulário de Referência arquivado na Comissão de Valores Mobiliários. Em razão disso, os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos nas declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros.



SPRINGS
GLOBAL

ARTEX mmartan casa moysés



SANTISTA



Persono

Springs Global Participações S.A.

(em recuperação judicial)

Demonstrações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Setembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores
Independentes Ltda.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Springs Global Participações S.A. - em Recuperação Judicial

São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Springs Global Participações S.A. - em Recuperação Judicial ("Companhia")**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance de Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

1. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 8 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que ajuizou pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 26 de julho de 2024. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a Companhia apresentou o plano de recuperação judicial em 26 de setembro de 2024, contendo o detalhamento dos meios de recuperação a serem empregados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. O referido plano de recuperação judicial inclui as alternativas para retomada das operações e geração de caixa. Até a presente data, o plano de recuperação judicial ainda não foi aprovado pelos credores, permanecendo em fase de discussão. Em 09 de maio de 2025, foi publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a convocação da Assembleia Geral de Credores, cujas sessões ocorreram entre os meses de junho e setembro de 2025. Considerando a complexidade jurídica envolvida nas tratativas, os trabalhos da referida assembleia foram suspensos e remarcados para o dia 13 de novembro de 2025, quando está prevista a continuidade das deliberações acerca do plano de recuperação judicial. Adicionalmente, a Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 403.943 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, apresentou saldo negativo do patrimônio líquido de R\$ 812.037 mil e o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 6.198 mil na controladora e R\$ 1.260.066 mil no consolidado respectivamente.
2. No trimestre findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram indicação de que os valores contábeis dos seguintes ativos poderiam exceder seus valores recuperáveis líquidos: imobilizado, Intangível, direito de uso e partes relacionadas, cujos saldos consolidados, em 30 de setembro de 2024, montam a R\$ 400.167 mil, R\$ 33.207 mil, R\$ 108.798 mil e R\$ 135.670 mil, respectivamente. Entretanto, a Companhia e suas controladas não realizaram o teste de redução no valor recuperável (*impairment*) destes ativos com premissas observáveis, em 30 de setembro de 2024, como requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Devido à ausência de premissas observáveis no teste do valor recuperável, bem como considerando o cenário descrito no parágrafo anterior, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar eventuais perdas por redução ao valor recuperável nos referidos ativos, tampouco seus possíveis impactos nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024.
3. Conforme descrito na nota explicativa nº 26 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 30 de setembro de 2024, no consolidado, custo dos produtos vendidos e custos com ociosidade no valor de R\$ 207.240 mil e R\$ 111.018 mil, respectivamente. Até a presente data, não nos foram disponibilizadas todas as informações atualizadas com detalhamentos e evidências suficientes e apropriadas para que pudéssemos determinar se algum ajuste seria necessário nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do período de nove meses findo em 30 de

setembro de 2024.

4. A Companhia possui investimentos e consolida em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas a empresa Springs Global US – Inc. localizada nos Estados Unidos da América, não foi factível realizar a revisão sobre este investimento, nem foram revisados por outros Auditores Independentes, dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade dos saldos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas desse investimento no valor de R\$ 234.928 mil e o resultado de equivalência patrimonial no valor de R\$ 6.444 mil, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.a. as informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Considerando os aspectos acima descritos, esse conjunto de elementos e a sua pervasividade no contexto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que inclusive remete a um cenário de múltiplas incertezas, não nos permitem neste momento reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir sobre a adequação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, inclusive quanto ao pressuposto de continuidade e sua correspondente base para a elaboração em 30 de setembro de 2024.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações intermediárias individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

Fomos contratados, também, para revisar as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", também não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre essas demonstrações em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, comparativas, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023 e sobre a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, relatório de auditoria com abstenção de opinião referente a (i) Plano de Recuperação Judicial, valor recuperável de ativos, liquidação de passivos e continuidade operacional (ii) Não reclassificação de parcelamentos tributários para o curto prazo, (iii) Não recebimento da totalidade das confirmações externas, (iv) Obrigações Sociais e Trabalhistas, (v) Estoques, Custos dos produtos vendidos e Custos de ociosidade e (vi) Investimento e obrigação com controladas – Diretas e Indiretas, em 24 de janeiro de 2025.

A revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de revisão sobre aquelas informações trimestrais, com abstenção de opinião referente ao Plano de Recuperação Judicial, análise de continuidade operacional, avaliação de valor recuperável de ativos e outras estimativas, em 04 de setembro de 2024.

São Paulo, 17 de outubro de 2025.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	41	1	49.973	38.160
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	14.746	13.290
Duplicatas a receber	5	-	-	95.655	125.276
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	17.654	15.687
Estoques	6.a	-	-	203.845	217.522
Adiantamentos a fornecedores	6.b	-	-	11.575	9.465
Impostos a recuperar	18.c	59	57	42.286	45.828
Outros créditos a receber		3.916	960	22.029	17.031
Total do ativo circulante		4.016	1.018	457.763	482.259
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	4.191	8.632
Valores a receber – clientes	7	-	-	3.226	3.466
Partes relacionadas	22	-	-	135.670	211.199
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	78.756	69.985
Impostos a recuperar	18.c	-	-	12.838	17.059
Impostos diferidos	18.b	1.905	1.905	1.905	1.905
Imobilizado disponível para venda	10.b	-	-	15.320	27.070
Depósitos judiciais	19	-	-	17.674	12.822
Outros		-	-	27.551	24.945
		1.905	1.905	297.131	377.083
Investimentos em controladas	8.a	234.928	202.729	-	-
Investimentos em coligadas	8.b	-	-	11.747	13.847
Outros investimentos	8.b	-	-	8.006	7.114
Propriedades para investimento	9	-	-	1.030.583	495.878
Imobilizado	10.a	-	-	400.167	517.444
Direitos de uso	11	-	-	108.798	110.765
Intangível	12	-	-	33.207	32.535
Total do ativo não circulante		236.833	204.634	1.889.639	1.554.666
Total dos ativos		240.849	205.652	2.347.402	2.036.925

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	6.837	5.188	653.181	680.547
Debêntures	14	-	-	5	373.220
Fornecedores	15	898	321	362.046	293.448
Obrigações sociais e trabalhistas		1.837	1.167	213.290	122.274
Impostos e taxas		642	324	30.046	23.754
Concessões governamentais	16	-	-	251.648	242.201
Arrendamentos a pagar	17	-	-	50.110	49.098
Impostos devidos e parcelamentos	18.d	-	-	107.789	103.316
Outras contas a pagar		-	-	49.714	52.159
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		10.214	7.000	1.717.829	1.940.017
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	1.193	4.373	55.257	53.967
Debêntures	14	-	-	322.424	-
Arrendamentos a pagar	17	-	-	177.246	167.515
Partes relacionadas	22	52.417	47.195	-	-
Concessões governamentais	16	-	-	54.790	19.337
Provisões diversas	19	-	-	132.850	78.416
Planos de aposentadoria e benefícios	20	-	-	119.799	106.459
Impostos diferidos	18.b	-	-	250.146	101.548
Impostos devidos e parcelamentos	18.d	-	-	312.137	278.180
Obrigações com controladas	8.a	989.062	871.603	-	-
Outras obrigações		-	-	16.961	16.005
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		1.042.672	923.171	1.441.610	821.427
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	21				
Capital realizado		1.860.265	1.860.265	1.860.265	1.860.265
Reserva de capital		79.381	79.381	79.381	79.381
Ajustes de avaliação patrimonial		417.496	128.969	417.496	128.969
Ajustes acumulados de conversão		(160.320)	(188.218)	(160.320)	(188.218)
Prejuízos acumulados		(3.008.859)	(2.604.916)	(3.008.859)	(2.604.916)
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		(812.037)	(724.519)	(812.037)	(724.519)
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		240.849	205.652	2.347.402	2.036.925
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora			
	Nota explicativa	01.07.2024	01.01.2024	01.07.2023	01.01.2023
		a 30.09.2024	a 30.09.2024	a 30.09.2023	a 30.09.2023
DESPESAS OPERACIONAIS:					
Gerais e administrativas		(187)	(497)	(291)	(610)
Honorários da administração	22	(53)	(582)	(238)	(877)
Equivalência patrimonial	8	(66.858)	(401.685)	(172.565)	(837.468)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL		(67.098)	(402.764)	(173.094)	(838.955)
Despesas financeiras – juros e encargos		(141)	(595)	(400)	(1.527)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(409)	(835)	(298)	(688)
Receitas financeiras		249	251	20	51
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(67.399)	(403.943)	(173.772)	(841.119)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	18.a	-	-	-	-
		-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(67.399)	(403.943)	(173.772)	(841.119)
		=====	=====	=====	=====
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$	27	(6,7399)	(40,3943)	(17,3772)	(84,1119)
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Consolidado			
		01.07.2024	01.01.2024	01.07.2023	01.01.2023
		a 30.09.2024	a 30.09.2024	a 30.09.2023	a 30.09.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	105.108	307.247	165.468	504.968
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	26	(66.361)	(207.240)	(106.102)	(318.230)
CUSTO DE OCIOSIDADE E OUTROS	26	(28.957)	(111.018)	(53.089)	(178.905)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		9.790	(11.011)	6.277	7.833
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	26	(46.153)	(135.420)	(47.052)	(180.687)
Gerais e administrativas	26	(22.107)	(70.620)	(30.499)	(94.865)
Honorários da administração	22 e 26	(3.843)	(9.775)	(3.789)	(11.673)
Equivalência patrimonial	8.b	(253)	(2.100)	-	-
Outras, líquidas:					
Provisão para reestruturação		-	-	(4.756)	(47.685)
Baixa precatórios, líquidos	13.d	-	-	-	(62.649)
Baixa ágio de controlada	12.a	-	-	-	(27.303)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	10.a e 12	128	866	-	(6.902)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	8.b	-	-	-	(107.646)
Outras, líquidas		2.701	(19.892)	(8.914)	(29.201)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL		(59.737)	(247.952)	(88.733)	(560.778)
Despesas financeiras – juros e encargos		(81.091)	(208.346)	(69.156)	(225.456)
Juros sobre arrendamentos	17	(724)	(2.185)	(2.144)	(6.991)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(47.947)	(76.133)	(26.083)	(84.575)
Receitas financeiras		120.668	140.951	19.939	62.403
Variações cambiais líquidas		1.432	(10.179)	(7.820)	(10.641)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(67.399)	(403.844)	(173.997)	(826.038)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	18.a	-	(99)	227	(137)
Diferido	18.a	-	-	(2)	(14.944)
		-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(67.399)	(403.943)	(173.772)	(841.119)
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado			
	01.07.2024	01.01.2024	01.07.2023	01.01.2023
	a	a	a	a
	30.09.2024	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(67.399)	(403.943)	(173.772)	(841.119)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que impactarão o resultado-				
Variação cambial de investimentos no exterior	3.891	27.898	(160)	(6.787)
	-----	-----	-----	-----
	3.891	27.898	(160)	(6.787)
Itens que não impactarão o resultado-				
Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	-	-	13	(10)
Avaliação inicial de propriedades para investimento	15.519	288.527	-	-
	-----	-----	-----	-----
	15.519	288.527	13	(10)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	-----	-----	-----	-----
	(47.989)	(87.518)	(173.919)	(847.916)
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUIDO A:				
Participação dos acionistas controladores	(47.989)	(87.518)	(173.919)	(847.916)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODOS DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.860.265	79.381	137.263	(151.828)	(1.546.410)	378.671
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(841.119)	(841.119)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(19.794)	-	(19.794)
Perda atuarial em planos de aposentadoria		-	-	(10)	-	-	(10)
Reflexo de controladas-							
Variação cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	13.007	-	13.007
		-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente		-	-	(10)	(6.787)	(841.119)	(847.916)
		-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023		1.860.265	79.381	137.253	(158.615)	(2.387.529)	(469.245)
		=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODOS DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.860.265	79.381	128.969	(188.218)	(2.604.916)	(724.519)
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(403.943)	(403.943)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	25.755	-	25.755
Reflexo de controladas-							
Variação cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	2.143	-	2.143
Avaliação inicial de propriedades para investimento	9.4 e 9.5	-	-	288.527	-	-	288.527
		-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente		-	-	288.527	27.898	(403.943)	(87.518)
		-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024		1.860.265	79.381	417.496	(160.320)	(3.008.859)	(812.037)
		=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	01.01.2024	01.01.2023	01.01.2024	01.01.2023
	a	a	a	a
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(403.943)	(841.119)	(403.943)	(841.119)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	52.740	70.232
Equivalência patrimonial	401.685	837.468	2.100	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	99	15.081
Resultado na alienação do ativo imobilizado	-	-	(27.045)	(1.540)
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(837)	16.328
Provisão para perdas com outros ativos	-	-	-	20.769
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	(866)	6.902
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	-	107.646
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	54.487	6.048
Baixa precatórios, líquidos	-	-	-	62.649
Baixa ágio de controlada	-	-	-	27.303
Provisão para reestruturação	-	-	-	47.685
Variações monetárias	-	-	3.674	(882)
Variações cambiais	-	-	10.179	10.641
Juros e encargos, líquidos	1.168	2.164	152.104	246.854
Juros sobre arrendamentos	-	-	2.185	6.991
	-----	-----	-----	-----
	(1.090)	(1.487)	(155.123)	(198.412)
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	-	1.925	4.651	3.083
Duplicatas a receber	-	-	11.574	(12.887)
Estoques	-	-	12.568	74.937
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(2.171)	4.618
Impostos a recuperar	(2)	(30)	7.754	13.966
Fornecedores	577	157	64.243	3.411
Impostos parcelados	(484)	-	(40.206)	53.273
Obrigações trabalhistas	670	692	89.146	704
Outros	(2.635)	114	9.587	26.911
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes de juros e impostos	(2.964)	1.371	2.023	(30.396)
	-----	-----	-----	-----
Juros pagos	-	(1.651)	(15.858)	(38.283)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(461)	(612)	(5.797)	(19.347)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais após juros e impostos	(3.425)	(892)	(19.632)	(88.026)
	-----	-----	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2024	01.01.2023	01.01.2024	01.01.2023
	a	a	a	a
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Propriedades para investimentos	-	-	(44)	(128)
Ativo imobilizado	-	-	(3.619)	(8.305)
Ativo intangível	-	-	(150)	(1.080)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	3.083	7.368
Empréstimos entre partes relacionadas	3.429	9.855	59.069	(48.960)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	3.429	9.855	58.339	(51.105)
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos	36	-	22.121	152.701
Liquidação de empréstimos	-	(8.996)	(50.712)	(157.673)
Liquidação de arrendamentos, líquidos	-	-	(13.192)	(26.881)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	36	(8.996)	(41.783)	(31.853)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	14.889	20.539
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	40	(33)	11.813	(150.445)
	-----	-----	-----	-----
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	1	42	38.160	225.444
No fim do período	41	9	49.973	74.999
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	40	(33)	11.813	(150.445)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2024	01.01.2023	01.01.2024	01.01.2023
	a	a	a	a
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	347.084	582.297
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	837	(16.328)
Resultado na alienação do ativo imobilizado	-	-	27.045	1.540
	-----	-----	-----	-----
	-	-	374.966	567.509
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(147.422)	(221.140)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.487)	(1.382)	(227.594)	(302.282)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	866	(6.902)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	-	(107.646)
Baixa precatórios, líquidos	-	-	-	(62.649)
Baixa ágio de controlada	-	-	-	(27.303)
Provisão para perdas com outros ativos	-	-	-	(20.769)
Provisão para reestruturação	-	-	-	(47.685)
	-----	-----	-----	-----
	(1.487)	(1.382)	(374.150)	(796.376)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.487)	(1.382)	816	(228.867)
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	-	-	(52.740)	(70.232)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(1.487)	(1.382)	(51.924)	(299.099)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(401.685)	(837.468)	(2.100)	-
Receitas financeiras	251	51	140.951	62.403
Variação cambial ativa	-	-	1.429	681
Royalties	-	-	11.960	14.727
	-----	-----	-----	-----
	(401.434)	(837.417)	152.240	77.811
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	(402.921)	(838.799)	100.316	(221.288)
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	128	202	168.813	233.140
Impostos, taxas e contribuições	299	591	58.312	112.824
Remuneração de capitais de terceiros	595	1.527	277.134	273.867
Remuneração de capitais próprios	(403.943)	(841.119)	(403.943)	(841.119)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	(402.921)	(838.799)	100.316	(221.288)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. - em recuperação judicial ("Companhia") é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. - em recuperação judicial ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas - em recuperação judicial ("CTNM"), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. ("SI"), respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela AMMO VAREJO S.A. - em recuperação judicial ("AMMO"), que é uma controlada indireta da Companhia.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

A Companhia e sua controlada CSA têm apresentado em suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia e sua controlada CSA estavam honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo tiveram uma forte redução de seu capital de giro o que impactou suas atividades operacionais, resultando na paralisação das atividades industriais no segundo semestre de 2023 e consequentemente, redução do seu quadro de funcionários.

A Companhia e suas controladas, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

Em 2 de abril de 2024, a Companhia divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada CSA com a desativação de duas plantas industriais e consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento. Em agosto de 2024, outros imóveis em áreas contíguas foram disponibilizados para valorização. Os impactos contábeis dessas medidas já estão refletidos nestas demonstrações contábeis intermediárias. Vide nota explicativa nº 9.4 e 9.5 - Propriedades para Investimento.

A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais, em consequência da reestruturação estratégica e operacional realizada em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Companhia e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("ODERNES") para elas, a controlada CSA e outras empresas do grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada CSA e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios impactados negativamente pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	1.015	106.112
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	9.961	344.735
ME e EPP	-	8.477
Não sujeito	-	597.740
Fiscal	1.140	410.539
	-----	-----
	12.116	1.846.666
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundos de investimento para viabilizar o pagamento de parte dos credores.

A segunda lista de credores consolidada da Companhia e demais empresas do Grupo foi publicada em 19 de fevereiro de 2025 no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10,

da Lei nº 11.101/2005. Oportunamente, a Administração Judicial apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005.

Em 09 de maio de 2025 foi publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a convocação da assembleia geral de credores (“AGC”) para realização, em ambiente virtual, nos dias 12 de junho de 2025 (1ª convocação) e 26 de junho de 2025 (2ª convocação).

Em continuidade a AGC instalada em 26 de junho de 2025, foi realizada assembleia em 07 de agosto de 2025. Dentre os assuntos em pauta, foram explanados maiores detalhes sobre a atualização do PRJ, que foi apresentado nos autos em 31 de julho de 2025. Após votação dos credores, os trabalhos da AGC foram suspensos até o dia 12 de setembro de 2025.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando positivamente nas negociações com seus credores. Desta forma, em 12 de setembro de 2025, devido à complexidade jurídica envolvida no plano, foi deliberado o adiamento dos trabalhos, com a suspensão e remarcação da AGC para o dia 13 de novembro de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de outubro de 2025.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do

ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição.

Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros exercícios, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se

aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiárias no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5 e nº 7), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 10), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 10, nº 11 e nº 12), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 19), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 18), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 23) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 23.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 20). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da AMMO VAREJO S.A. - em recuperação judicial, da LAT Capital Ltd., da C7S Tecnologia Ltda. e da Compañía Textil Guaraní S.R.L., das quais possui 100% do capital social, direta e indiretamente, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); e (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); todas com participação de 100%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior e os ajustes de avaliação patrimonial, estão destacados na demonstração das mutações do patrimônio líquido nas rubricas “Ajustes acumulados de conversão” e “Ajustes de avaliação patrimonial”, respectivamente, e são revertidas para resultado quando da baixa dos investimentos que lhes deram origem. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do dólar vigente em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2024	2023	Varição
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	4,8413	-
30 de setembro	5,4481	5,0076	8,8%
Taxa média:			
30 de setembro (3 meses)	5,5888	4,8903	14,3%
30 de setembro (9 meses)	5,2969	4,9971	3,9%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Impactos</u>
Emenda IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante e Revisão de Pronunciamento Técnico nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes (vencidos ou potencialmente exigíveis dentro de um ano).	Vide nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis intermediárias

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória em 2026 e 2027. Todavia, foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Norma IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.
Norma IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa estabelecer os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.

Norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

As alterações visam promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.

Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Estamos avaliando os impactos da norma para adoção antecipada ou atendimento conforme prazo definido na mesma.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
Operações compromissadas (*)	-	1	2.992	2.512
Depósitos no exterior	-	-	34.893	27.191
Depósitos em contas correntes	7	-	5.546	4.817
Bloqueios judiciais	34	-	6.542	3.640
	-----	-----	-----	-----
	41	1	49.973	38.160
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 100% a 110% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos no exterior	14.184	12.791
Depósito restrito (1)	562	499
Fundo de reserva (2)	4.191	8.632
	-----	-----
	18.937	21.922
Circulante	(14.746)	(13.290)
	-----	-----
Não circulante	4.191	8.632
	=====	=====

(1) Em 30 de setembro de 2024, a controlada SGUS possuía R\$562, equivalente a US\$103 mil (R\$499, equivalente a US\$102 mil, em 31 de dezembro de 2023) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada CSA. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações contábeis intermediárias.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Cientes no mercado interno	83.380	120.617
Cientes no mercado externo	47.858	38.710
Operadoras de cartão de crédito	522	2.595
	-----	-----
	131.760	161.922
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(36.105)	(36.646)
	-----	-----
	95.655	125.276
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 100 dias (71 dias em 31 de dezembro de 2023). O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não houve mudança significativa na composição das duplicatas a receber por idade de vencimento durante o período findo em 30 de setembro 2024.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	30.09.2024	31.12.2023
Saldo no início do período	(36.646)	(35.079)
Adições	-	(1.752)
Baixas	837	1
Variação cambial	(296)	184
	-----	-----
Saldo no final do período	(36.105)	(36.646)
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 30 de setembro de 2024, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Matérias-primas, secundários e outros	52.084	44.624
Produtos em elaboração	49.548	59.505
Produtos acabados	62.701	76.923
Peças de reposição	39.512	36.470
	-----	-----
	203.845	217.522
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 30 de setembro de 2024, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques, que não estivessem provisionadas. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	31.12.2023	(Adições) baixas	Variação cambial	30.09.2024
Matérias-primas e secundários	(651)	(902)	81	(1.472)
Produtos acabados	(10.941)	2.386	7	(8.548)
Peças de reposição	(514)	6	-	(508)
	-----	-----	-----	-----
	(12.106)	1.490	88	(10.528)
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2022	(Adições) Baixas	Variação cambial	30.09.2023
Matérias-primas e secundários	(1.719)	(135)	657	(1.197)
Produtos acabados	(23.764)	6.151	23	(17.590)
Peças de reposição	(472)	-	-	(472)
	-----	-----	-----	-----
	(25.955)	6.016	680	(19.259)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Ano	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
2024	11.575 =====	9.465 =====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Clientes em recuperação judicial (a)	1.411	1.289
Parcelamento de créditos com clientes (b)	10.033	8.494
Financiamento no repasse de lojas (c)	442	384
Venda de imóveis (d)	402	557
Outros	1.985	3.172
	-----	-----
	14.273	13.896
Circulante (*)	(11.047)	(10.430)
	-----	-----
Não circulante	3.226	3.466
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 12% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 30 de setembro de 2024, o saldo apresentado está líquido de provisão para perda no valor de R\$2.127 (R\$2.127 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Pagamento em até 90 parcelas mensais com juros de 0,50% a 2,00% ao mês. Em 30 de setembro de 2024, os recebíveis estão deduzidos de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$2.685 (R\$2.685 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(d) Pagamento em até 3 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês e atualização pelo IPCA.

Considerando as informações subsequentes a 30 de setembro de 2024, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	30.09.2023
SGUS	234.928	100,0	6.444	234.928	202.729	6.444	(139.424)
CSA (1)	(989.062)	100,0	(408.129)	-	-	(408.129)	(698.044)
				-----	-----	-----	-----
				234.928	202.729	(401.685)	(837.468)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 30 de setembro de 2024, o patrimônio líquido da controlada CSA apresentava saldo devedor de R\$989.062 (R\$871.603 em 31 de dezembro de 2023). Este passivo foi apresentado na rubrica “Obrigações com controladas”, no passivo não circulante.

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

Em 30 de setembro de 2024, a SGUS possui investimento na Keeco, Inc., no valor de R\$8.006, equivalentes a US\$1.469, contabilizado a valor de custo na rubrica “Outros investimentos” no ativo não circulante (R\$7.114, equivalentes a US\$1.469, em 31 de dezembro de 2023). Considerando as informações subsequentes a 30 de setembro de 2024, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas (Em junho de 2023, houve efeito da provisão para perda no valor de R\$107,6 milhões (US\$22,3 milhões) nesse investimento, registrado no resultado).

Investimentos da CSA

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	30.09.2023
Controladas -							
Coteminas Argentina S.A.	79.557	100,00	2.056	79.557	40.921	2.056	(17.773)
LAT Capital Ltd.	14.817	100,00	(1.500)	14.817	14.437	(1.500)	1.535
AMMO VAREJO S.A. - em							
Recuperação Judicial (1)	(12.741)	100,00	(26.465)	-	-	(26.465)	(103.723)
Compañía Textil Guaraní S.R.L.	1.184	100,00	-	1.184	1.126	-	(186)
				-----	-----	-----	-----
				95.558	56.484	(25.909)	(120.147)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 10 de junho de 2022, a controlada CSA realizou aporte de capital na sua controlada AMMO no valor de R\$196.815, subscrito e integralizado mediante a conferência das marcas “ARTEX”, “AMMO” e “PERSONO” no valor de R\$170.922, apurados em laudo de avaliação das marcas realizado por consultores especializados, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., e saldos de mútuo no valor de R\$25.893. Em 30 de setembro de 2024 e 31 dezembro de 2023, para fins de apresentação dos investimentos nas demonstrações da CSA Controladora, foi eliminado o lucro não realizado do valor justo das marcas no valor de R\$161.507, e da rubrica de Intangível no consolidado. Vide nota explicativa nº12 às demonstrações contábeis intermediárias. Em 30 de setembro de 2024, o patrimônio líquido ajustado da controlada AMMO apresentava saldo devedor de R\$174.248 (R\$147.783 em 31 de dezembro de 2023). Este passivo foi apresentado na rubrica “Obrigações com controladas”, no passivo não circulante nas demonstrações da CSA Controladora.

Investimentos da AMMO

	Patrimônio Líquido	Participação %	Resultado do período	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	30.09.2023
Investimentos em controlada:							
C7S Tecnologia Ltda.	20.193	100,00	2.545	20.193	17.648	2.545	(254)
				=====	=====	=====	=====
Investimentos em coligada:							
A11I Tecnologia S.A.	10.746	48,00	(4.374)	11.747	13.847	(2.100)	-
				=====	=====	=====	=====

A11I Tecnologia S.A. - A coligada tem por objeto social: (i) atividades relacionadas a análise, desenvolvimento, produção, licenciamento e cessão de programas de computador sob encomenda; (ii) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computador e acesso à internet por provedores; (iii) assessoria e consultoria em informática e (iv) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

	A11I Tecnologia S.A.	
	30.09.2024	31.12.2023
Ativos circulantes	5.359	4.350
Ativos não circulantes	7.208	7.225
Total dos ativos	12.567	11.575
Passivos circulantes	1.821	7
Passivos não circulantes	-	-
Total dos passivos	1.821	7
Patrimônio Líquido – Controladora (*)	10.746	11.568
Receita Líquida (9 meses)	5.405	-
Prejuízo do período – Controladora (9 meses)	(4.374)	-

(*) O Patrimônio Líquido da coligada está deduzido de Capital social a Integralizar pelos demais acionistas, no montante de 13.725, que será integralizado em até 36 meses após a 1ª integralização (Outubro de 2023). A controlada indireta AMMO VAREJO integralizou em 2023 a totalidade do capital subscrito com ativos.

Considerando os eventos subsequentes a 30 de setembro de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.c às demonstrações contábeis intermediárias.

Movimentação dos investimentos em (obrigações com) controladas:

	<u>31.12.2023</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Obrigações com controladas</u>	<u>30.09.2024</u>
<u>Investimentos em controladas</u>						
SGUS	202.729	6.444	25.755	-	-	234.928
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
<u>Obrigações com controladas</u>						
CSA	(871.603)	(408.129)	2.143	288.527	-	(989.062)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	<u>31.12.2022</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Obrigações com controladas</u>	<u>30.09.2023</u>
SGUS	372.811	(139.424)	(19.794)	(10)	-	213.583
CSA	56.811	(698.044)	13.007	-	628.226	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	429.622	(837.468)	(6.787)	(10)	628.226	213.583
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Efeito cambial dos investimentos líquidos. Vide nota explicativa nº 23.d.3.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

c) Movimentação dos investimentos em coligada (indireta):

	<u>31.12.2023</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>30.09.2024</u>
<u>Coligada</u>			
A11I Tecnologia S.A.	13.847	(2.100)	11.747
	=====	=====	=====

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A movimentação dos saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda			Imóveis para valorização		
	São Gonçalo					
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)	Vinhedo (3) (b)	Montes Claros (4)	João Pessoa (5)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	382.770	49.382	-	63.726	-	495.878
Adição	44	-	-	-	-	44
Baixa	(136)	-	-	-	-	(136)
Avaliação inicial a valor justo (a)	-	-	-	279.412	157.749	437.161
Transferências do Imobilizado	-	-	-	51.353	46.283	97.636
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2024	382.678	49.382	-	394.491	204.032	1.030.583
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização		
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)	Acreúna (c)	Montes Claros (4)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	380.525	49.135	30.380	67.087	527.127
Adições	69	59	-	-	128
Baixa	-	-	-	(3.432)	(3.432)
Baixa (variação do valor justo)	-	-	-	153	153
Transferências	(32)	32	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2023	380.562	49.226	30.380	63.808	523.976
	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

(b) Valores reclassificados para o balanço consolidado. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis intermediárias

(c) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia disponibilizou o imóvel para venda. Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº10.b.2 – Imobilizado Disponível para venda.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Complexo comercial: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. Em 30 de setembro de 2024 os valores de receita por arrendamento foram de R\$6.631 (R\$8.911 no mesmo período de 2023).

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Custo residual do imóvel	112.094	112.186
Mais valia apurada (a)	270.584	270.584
	-----	-----
Valor justo (b)	382.678	382.770
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$91.998 (R\$91.998 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 18.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Complexo residencial: Em 2018, a controlada CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Custo residual do imóvel	1.529	1.529
Mais valia apurada (a)	47.853	47.853
	-----	-----
Valor justo (b)	49.382	49.382
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$16.269 (R\$16.269 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 18.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(3) Imóvel para renda - Vinhedo: Em Outubro de 2023, a controlada CSA adquiriu de sua controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS – em recuperação judicial (“CTNM”), imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada AMMO VAREJO S.A. - em recuperação judicial. O referido imóvel foi adquirido pelo valor justo registrado na data, através de créditos entre as partes relacionadas. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Custo residual do imóvel	63.800	63.800
Mais valia apurada (a)	589	589
	-----	-----
Valor justo (b)	64.389	64.389
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$200 (R\$200 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 18.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(4) Imóveis para valorização Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

	30.09.2024	31.12.2023
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m²)	36.340	36.340
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	5.130	5.130
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (2.580 m²)	1.084	1.084
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	21.172	21.172
Terreno e edificações - planta desativada (711.855 m2) (*)	306.078	-
Terrenos região da planta desativada (493.222 m2) (**)	24.687	-
	-----	-----
Total	394.491	63.726
	=====	=====
	30.09.2024	31.12.2023
Custo residual dos imóveis	87.811	36.458
Mais valia apurada (a)	306.680	27.268
	-----	-----
Valor justo (b)	394.491	63.726
	=====	=====

(*) Em 31 de março de 2024, considerando a estratégia da controlada CSA para consolidação de seu parque industrial, houve desativação da planta de Montes Claros. Considerando que o imóvel não mais possui finalidade operacional têxtil, seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimentos, mensurado a valor justo.

(**) Em 30 de agosto de 2024, a controlada CSA destinou terrenos contíguos da planta de Montes Claros para propriedades para investimento. Considerando que os imóveis não mais possuem finalidade operacional, seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimentos, mensurado a valor justo.

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$104.271 (R\$9.271 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 18.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023, e para o imóvel da planta desativada e terrenos contíguos, em 2024. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(5) Imóvel para valorização João Pessoa: Em 31 de março de 2024, considerando a estratégia da controlada CSA para consolidação de seu parque industrial, houve desativação da planta de João Pessoa.

Considerando que o imóvel não mais possui finalidade operacional têxtil, seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimentos, mensurado a valor justo. Os valores apurados foram os seguintes:

	30.09.2024
Custo residual do imóvel	46.283
Mais valia apurada (a)	157.749

Valor justo (b)	204.032
	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$53.635. Vide nota explicativa nº 18.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2024. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

		30.09.2024			31.12.2023
	Taxa % (*)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	9,6	53.549	(23.355)	30.194	27.168
Edifícios	2,5	193.676	(100.510)	93.166	154.548
Instalações	6,9	118.076	(98.695)	19.381	45.522
Máquinas e equipamentos	7,8	1.229.074	(1.069.655)	159.419	184.715
UHE - Porto Estrela (**)	5,2	39.954	(26.271)	13.683	14.759
Móveis, utensílios e outros	7,6	124.635	(115.237)	9.398	10.593
Obras em andamento	-	10.537	-	10.537	15.750
		-----	-----	-----	-----
		1.769.501	(1.433.723)	335.778	453.055
Propriedade de uso por controlada indireta (***)		64.389	-	64.389	64.389
		-----	-----	-----	-----
		1.833.890	(1.433.723)	400.167	517.444
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

(***) Vide nota explicativa nº 9.3 às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.168	154.548	45.522	184.715	14.759	10.593	15.750	453.055
Adições	1.579	-	-	98	-	796	1.146	3.619
Baixas líquidas	(2.640)	-	(8)	(32)	-	(161)	(493)	(3.334)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	2.705	-	10	-	-	223	-	2.938
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	829	-	2	-	-	(343)	-	488
Transferências								
- Imobilizado	(593)	(234)	(387)	(147)	-	1.959	(598)	-
- Propriedade para investimento (3)	(3.391)	(65.268)	(22.732)	-	-	-	(6.245)	(97.636)
Variação cambial	6.710	8.169	43	241	-	141	977	16.281
Depreciação do período	(2.173)	(4.049)	(3.069)	(25.456)	(1.076)	(3.810)	-	(39.633)
Saldo em 30 de setembro de 2024	30.194	93.166	19.381	159.419	13.683	9.398	10.537	335.778
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total provisão para desvalorização de Ativos	(534)	-	(2)	-	-	(4.112)	-	(4.648)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.974	170.026	51.027	222.755	16.193	13.610	17.826	522.411
Adições	5.362	-	3	816	-	1.280	844	8.305
Baixas líquidas	(105)	-	(32)	(8)	-	(13)	-	(158)
Transferências								
- Imobilizado	(219)	(171)	277	369	-	403	(659)	-
Variação cambial	(210)	(206)	(20)	(99)	-	(14)	(144)	(693)
Depreciação do período	(2.063)	(6.134)	(4.896)	(28.733)	(1.076)	(3.725)	-	(46.627)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	112	-	33	-	-	-	-	145
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	(2.048)	-	94	(44)	-	(354)	-	(2.352)
Saldo em 30 de setembro de 2023	31.803	163.515	46.486	195.056	15.117	11.187	17.867	481.031
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total provisão para desvalorização de ativos	(3.403)	-	(5)	(96)	-	(3.945)	-	(7.449)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

(3) Vide notas explicativas nº 9.4 e 9.5 às demonstrações contábeis intermediárias.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 30 de setembro de 2024, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.648 (R\$8.074 em 31 de dezembro de 2023). O saldo da provisão para perda é considerado pela Administração, suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes ativos.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2023	Variação Cambial	Baixa (1 e 2)	30.09.2024
Custo	456.925	50.288	(35.679)	471.534
Depreciação	(365.309)	(43.703)	3.282	(405.730)
Provisão para desvalorização de ativos	(64.546)	(5.058)	19.120	(50.484)
	-----	-----	-----	-----
	27.070	1.527	(13.277)	15.320
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2022	Baixas	Variação cambial	30.09.2023
Custo	461.614	(8.800)	(17.781)	435.033
Depreciação	(389.135)	-	15.131	(374.004)
Provisão para desvalorização de ativos	(48.569)	-	1.751	(46.818)
	-----	-----	-----	-----
	23.910	(8.800)	(899)	14.211
	=====	=====	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2023 a controlada CSA disponibilizou imóveis para venda. Em março de 2024, a controlada CSA entregou os imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Sofisa no valor de R\$27.871. Vide notas explicativas nº 13 às demonstrações contábeis intermediárias. Nesta operação houve um ganho de R\$25.848 na controlada CSA, refletido no resultado na rubrica "Outras líquidas".

(2) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada CSA disponibilizou o imóvel de Acreúna para venda e contabilizou provisão para perda no valor de R\$19.114. Em março de 2024, a controlada CSA entregou o imóvel em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Luso Brasileiro no valor de R\$11.253. Vide notas explicativas nº 13 às demonstrações contábeis intermediárias.

11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		30.09.2024			31.12.2023
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (uso próprio)	35,0	1.638	(655)	983	56
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	48.362	(20.151)	28.211	25.069
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	21,4	69.922	(41.700)	28.222	39.981
Propriedades para investimentos (1)		51.382	-	51.382	45.659
		-----	-----	-----	-----
Total de direito de uso		171.304	(62.506)	108.798	110.765
Arrendamentos financeiros a receber (1)		96.410	-	96.410	85.672
		-----	-----	-----	-----
		267.714	(62.506)	205.208	196.437
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóveis – SGUS	Imóveis - Lojas	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	56	25.069	39.981	45.659	85.672	196.437
Variação cambial	-	3.142	-	5.723	10.738	19.603
Adições (1)	1.303	-	4.699	-	-	6.002
Baixas (2)	-	-	(6.221)	-	-	(6.221)
Amortização do período	(376)	-	(10.237)	-	-	(10.613)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2024	983	28.211	28.222	51.382	96.410	205.208
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis	Imóveis – SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.820	30.878	49.442	773	61.483	100.241	244.637
Variação cambial	-	(1.249)	-	23	(2.484)	(4.049)	(7.759)
Adições (1)	-	-	24.852	-	-	-	24.852
Baixas (2)	-	-	(5.359)	-	-	-	(5.359)
Amortização do período	(1.747)	(2.772)	(13.810)	(642)	-	-	(18.971)
Encargos	-	-	-	-	4.597	7.019	11.616
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	(8.041)	(12.589)	(20.630)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2023	73	26.857	55.125	154	55.555	90.622	228.386
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	30.09.2024	31.12.2023
2024	18.626	16.551
2025	18.836	16.738
2026 em diante	97.632	86.758
	-----	-----
	135.094	120.047
Ajuste a valor presente	(38.684)	(34.375)
	-----	-----
	96.410	85.672
Circulante	(17.654)	(15.687)
	-----	-----
Não circulante	78.756	69.985
	=====	=====

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Marcas – próprias (1)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (2)	10.302	6.057
Propriedade intelectual (3)	725	725
Pontos comerciais (luvas) (4)	5.913	9.486
	-----	-----
Total	33.207	32.535
	=====	=====

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Marcas - próprias (1)	Marcas - licença de uso (2)	Propriedade intelectual (3)	Pontos comerciais (4)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.267	6.057	725	9.486	32.535
Adições	-	-	-	150	150
Baixas líquidas	-	-	-	(11.441)	(11.441)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	-	-	-	9.795	9.795
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	-	-	-	378	378
Amortização	-	(1.000)	-	(2.455)	(3.455)
Variação cambial	-	5.245	-	-	5.245
Saldo em 30 de setembro de 2024	16.267	10.302	725	5.913	33.207

	Ágio na aquisição da AMMO (a)	Marcas - próprias (1)	Marcas - licença de uso (2)	Propriedade intelectual (3)	Pontos comerciais (4)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.303	16.267	10.848	9.784	18.771	82.973
Adições	-	-	-	-	1.080	1.080
Baixas	-	-	-	-	(2.944)	(2.944)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	-	-	-	-	2.787	2.787
Baixa do ágio na aquisição da AMMO	(27.303)	-	-	-	-	(27.303)
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	-	-	-	-	(4.550)	(4.550)
Amortização	-	-	(933)	(2.154)	(2.901)	(5.988)
Variação cambial	-	-	(160)	-	-	(160)
Saldo em 30 de setembro de 2023	-	16.267	9.755	7.630	12.243	45.895

(a) Ágio decorrente de investimento na AMMO VAREJO S.A., adquirido pela controlada CSA em 1º de janeiro de 2019. Em junho de 2023, devido a atual situação daquela controlada, foi realizado a baixa deste ágio para o resultado.

(1) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(2) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(3) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos. Em outubro de 2023, a controlada indireta AMMO realizou investimento na coligada A11I Tecnologia S.A. através do aporte do intangível.

(4) Pontos comerciais: Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$ 4.752 (R\$14.925 em 31 de dezembro de 2023). Os pontos comerciais possuem vida útil definida, baseado no prazo médio dos contratos de locação destes ativos, portanto, estão sendo amortizados

Os itens de (1) a (4) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual		Consolidado	
	Moeda	de juros - %	Vencimento	30.09.2024	31.12.2023
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a) (1) (2)	R\$	100,0 do CDI	2033	477.315	441.088
Banco BBM S.A.- CCB	R\$	7,0 + CDI	2025	7.184	6.373
Banco ABC do Brasil S.A. - CCE	R\$	4,9 + CDI	2025	8.266	7.997
Banco Bradesco S.A. (b) (1) (2)	R\$	6,1 e 6,3 + CDI	2027	49.852	44.601
Banco Daycoval S.A.	R\$	1,5 + CDI	2026	26.297	23.096
Banco Santander S.A. (c) (2)	R\$	5,6 + CDI	2024	1.227	2.741
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	6,2 + CDI	2029	3.917	5.510
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	3,0 + CDI	2029	21.725	19.629
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,8 + CDI	2024	3.998	31.080
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	8,6 + CDI	2024	-	26.752
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB	R\$	3,9 a 6,3 + CDI	2025	9.857	9.527
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (3)	R\$	4,4	2025	-	9.561
Banco Bradesco S.A. (3)	R\$	4,4	2025	7.995	-
Banco Daycoval S.A.	R\$	14,9	2026	1.025	1.326
Banco Luso Brasileiro S.A.	R\$	8,9 + CDI	2027	-	10.388
SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios	R\$	14,7 + CDI	2025	550	4.968
Outros	R\$	-	2026	4.822	13.264
				624.030	657.901
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2024	-	2.447
Banco do Brasil S.A.	US\$	6,5	2025	84.408	74.166
				84.408	76.613
Total				708.438	734.514
Circulante				(157.302)	(371.774)
Não circulante				551.136	362.740

(1) Contratos da controlada CSA com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo, no valor de R\$495.879, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	157.302	495.879	653.181
Não circulante	551.136	(495.879)	55.257
Total dos Empréstimos	708.438	-	708.438

(2) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada CSA não cumpriram certos índices financeiros relativos a esses empréstimos, mas devido a renegociações em 2024, mantiveram os vencimentos originais desses empréstimos. Conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentamos os respectivos empréstimos no passivo circulante no balanço patrimonial.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento Original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	371.774	308.773	680.547
Não circulante	362.740	(308.773)	53.967
	-----	-----	-----
Total dos Empréstimos	734.514	-	734.514
	=====	=====	=====

(3) Inclui empréstimos mantidos pela controladora no montante de R\$7.995 (R\$9.561 em 31 de dezembro de 2023). Em março de 2024, a controladora CTNM realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau, controlada CSA e com o Banco Bradesco, para desapropriação de imóvel da controladora CTNM, com recebimento no montante de R\$21.978, a ser realizado da seguinte forma: (i) R\$11.257 em 20 parcelas, com primeiro vencimento em Abril de 2024, que serão depositados judicialmente à Justiça do Trabalho de Blumenau para quitação de verbas trabalhistas da controlada CSA (ii) R\$1.965 em 4 parcelas, com primeiro vencimento em Abril de 2024, que abaterá parcelas atrasadas deste empréstimo da Companhia e (iii) R\$8.756 em 16 parcelas, com primeiro vencimento em Agosto de 2024, que serão destinados a um fundo de reservas para quitação deste empréstimo da Companhia. Em junho de 2024, a fiança deste empréstimo foi exercida, e o Banco Bradesco se sub-rogou a dívida.

(a) Empréstimos da controlada CSA com cláusulas de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(b) Empréstimos da controlada CSA com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 2,5 vezes.

(c) Empréstimos da controlada CSA com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a), (b) e (c) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador da SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos (originais) dos empréstimos são como segue:

	2025			2026	2027	2028 a 2033	Total
	2024	Curto prazo	Longo prazo				
Moeda nacional:							
Banco do Brasil S.A. (*)	-	-	-	27.466	-	449.849	477.315
Banco BBM S.A. – CCB	6.809	375	-	-	-	-	7.184
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	4.275	2.993	998	-	-	-	8.266
Banco Bradesco S.A. (*)	23.332	7.956	2.652	10.608	5.304	-	49.852
Banco Daycoval S.A.	33	-	-	26.264	-	-	26.297
Banco Santander S.A.	1.227	-	-	-	-	-	1.227
Banco Safra S.A. – CCB	307	451	226	902	978	1.053	3.917
Banco Fibra S.A. – CCE	125	-	2.700	5.400	5.400	8.100	21.725
Banco Sofisa S.A.	3.998	-	-	-	-	-	3.998
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB	5.102	3.566	1.189	-	-	-	9.857
Banco Bradesco S.A.	3.224	3.578	1.193	-	-	-	7.995
Banco Daycoval S.A.	192	357	119	357	-	-	1.025
SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios	25	525	-	-	-	-	550
Outros	3.592	852	284	94	-	-	4.822
	52.241	20.653	9.361	71.091	11.682	459.002	624.030
Moeda estrangeira:							
Banco do Brasil S.A.	-	84.408	-	-	-	-	84.408
	-	84.408	-	-	-	-	84.408
Total	52.241	105.061	9.361	71.091	11.682	459.002	708.438

(*) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial.

Considerando os eventos subsequentes a 30 de setembro de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.a às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	30.09.2024			30.09.2023
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do período	734.514	373.220	1.107.734	1.035.455
Novas captações ou renovações	21.922	-	21.922	148.348
Juros e encargos provisionados	59.199	76.898	136.097	140.006
Amortização de principal	(46.712)	(4.000)	(50.712)	(157.673)
Pagamento de juros	(6.897)	(8.961)	(15.858)	(38.283)
Variação cambial	9.168	-	9.168	(3.974)
Encargos antecipados, líquidos	-	199	199	4.353
Ajuste a valor presente (a)	-	(118.004)	(118.004)	-
Juros apropriados (valor presente) (a)	-	3.077	3.077	-
Dações de imóveis em pagamento (b) (c)	(62.756)	-	(62.756)	-
Alienação de créditos tributários (d)	-	-	-	(25.706)
Saldo no final do período	708.438	322.429	1.030.867	1.102.526

(a) Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Empréstimos da controlada CSA quitados com (i) entrega de imóveis da Companhia no valor total de R\$39.124 (vide nota explicativa nº 10.b às demonstrações contábeis intermediárias) e (i) com imóveis de outras empresas do grupo (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial e Seda S.A.) através de saldos de mútuos, no valor de R\$ 21.631 em Dação de pagamento com o Banco Industrial do Brasil, realizada em maio de 2024.

(c) Empréstimo da Companhia, quitado parcialmente, no montante de R\$2.001, com a desapropriação de imóvel da controladora CTNM, via mútuo conforme mencionado no item (3) acima.

(d) Em Fevereiro de 2023, a controlada CSA firmou um contrato de venda dos créditos de precatórios com o Banco Safra, pelo montante de R\$23.187. Considerando a opção de recompra dos créditos, a controlada CSA tratava a operação como um empréstimo, e mantinha ambos saldos registrados no balanço. Em Junho de 2023, considerando que não havia expectativa de recompra dos direitos creditórios, os saldos foram baixados. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$62.649, registrados na rubrica “Outras líquidas – baixa precatórios, líquidos”.

14. DEBÊNTURES

(a) Em 26 de julho de 2021 a controlada CSA emitiu 160.000 debêntures não conversíveis em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização (“Virgo”). As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela controlada CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na controlada CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor. Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

Em 18 de março de 2025, a controlada CSA, Debenturistas e Garantidores assinaram aditamentos à Escritura de emissão das debentures, refletindo deliberações de Assembleia Geral de Titulares dos CRIs (AGT) realizadas entre Agosto de 2024 e Março de 2025. Nestes aditamentos, além da definição do dia 20 de agosto de 2024 como data de repactuação, foram determinados novos termos e condições de pagamento das debêntures, além de modificações relacionadas às garantias e cláusulas de vencimento antecipado.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 5ª emissão de debêntures	Antes da repactuação	Repactuação agosto/2024
Quantidade de debênture emitida	160.000	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais	Parcela única no vencimento final
Vencimento inicial	18/08/2021	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031	17/07/2031
Remuneração	IPCA + 9,25%a.a.	IPCA + 6,00%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal	Mensal
Garantias	(1)	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)	(2)

(1) Garantia Real: Imóveis da controlada CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 2,0 vezes o saldo devedor das Debêntures. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência. Nos aditamentos informados acima, houve liberação parcial, temporária e condicional de recursos à controlada CSA, que estavam depositados nos fundos de reserva, para reembolso dos custos mensais dos imóveis. Além disso, foi concedida pelos debenturistas, autorização para venda parcial dos imóveis onde os recursos provenientes da venda, quando aplicável, serão direcionados para a recomposição do fundo reserva ou amortização extraordinária.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 2,25 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a venda de investimento na SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,60 vezes; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2024, foi concedida suspensão temporária de vencimento antecipado das Debêntures, por um período adicional de 6 meses. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2025, foi concedida sustação dos efeitos de vencimento antecipado.

(b) Em 30 de maio de 2022 a controlada indireta AMMO aprovou a emissão de até 300.000.000 debêntures conversíveis em ações, as quais, em 20 de junho de 2022, foram subscritas 180.000.000 debêntures pela Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Odernes"), sendo as demais 120.000.000 debêntures emitidas e não subscritas, foram canceladas até 1º de Junho de 2023.

As debêntures foram objeto de colocação privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou a realização de qualquer esforço de venda perante público em geral, que possa caracterizar uma distribuição pública de valores mobiliários.

Os recursos foram utilizados para reforço do capital de giro e suportar o plano de expansão do varejo, e ingressaram na controlada indireta AMMO na data da subscrição. As despesas de emissão das debêntures, no valor de R\$15.101 estavam sendo amortizados mensalmente.

Em fevereiro de 2024 foram assinados aditivos aos contratos de garantias e à escritura das debêntures, prestando garantias adicionais e, em contrapartida às garantias adicionais, foi concedido um prazo adicional

de 1 ano para juntos, debenturista, controladores e a controlada indireta AMMO, encontrarem uma solução para a liquidação das debêntures.

Em Maio de 2024, após notificação enviada pelo debenturista alegando o vencimento antecipado e a consequente excussão das garantias, a controlada indireta AMMO juntamente com outras empresas do grupo requereram Recuperação Judicial, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada indireta AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa relativa às debêntures. No referido acordo, foram determinados novos termos e condições de pagamento das debêntures, além de garantias adicionais, como inclusive a marca Mmartan.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 1ª emissão de debêntures	Antes da repactuação	Repactuação Julho/2024
Quantidade de debêntures emitidas	300.000.000	300.000.000
Quantidade de debêntures subscritas	180.000.000	180.000.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1,00	R\$1,00
Amortização	Parcela única no vencimento	17 Parcelas fixas trimestrais de R\$3.750 a partir de Dez/25 e pagamento do saldo devedor no vencimento (*)
Vencimento	20/06/2027	31/12/2029
Remuneração	20% a.a. (capitalização trimestral)	Sem incidência de juros (*)
Amortização da remuneração	Parcela única no vencimento do principal	-

(*) Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre saldo devedor (R\$291.834 considerando encargos moratórios acumulados) não haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$34.541 mil até dezembro de 2029 o saldo devedor remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplência e ocorrerá o consequente cancelamento das debêntures.

Conversão em ações:

As debêntures, incluindo todos os demais valores devidos no âmbito desta Emissão, poderão ser totalmente convertidas em ações a serem emitidas pela controlada indireta AMMO, em caso de vencimento antecipado ou na ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de ações). Após a devida notificação neste sentido, deverá ser iniciado um processo competitivo a ser conduzido por assessor previamente autorizado neste novo acordo.

Garantias:

Garantia Real: (i) Alienação fiduciária das ações de emissão da controlada indireta AMMO que estará sujeita a liberação condicional, bem como cessão fiduciária de outros direitos creditórios atrelados a mesma; (ii) Alienação fiduciária das participações societárias Cantagalo pertencentes a outras empresas do Grupo

Garantia Fidejussória: Fiança prestada, solidariamente com a emissora, por Josué Christiano Gomes da Silva.

Considerando os eventos subsequentes a 30 de setembro de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.b às demonstrações contábeis intermediárias.

Os saldos das debêntures, em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, eram assim compostos:

	Debêntures		Consolidado	
	5ª emissão (a)	1ª emissão (b)	30.09.2024	31.12.2023
Valor original	117.333	180.000	297.333	301.333
Juros provisionados	30.004	91.423	121.427	84.388
Encargos antecipados	(1.815)	-	(1.815)	(12.501)
Encargos moratórios (a)	-	20.411	20.411	-
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	145.522	291.834	437.356	373.220
(-) Ajuste a valor presente (b) (c)	-	(118.004)	(118.004)	-
(+) Juros apropriados (c)	-	3.077	3.077	-
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures a valor presente	145.522	176.907	322.429	373.220
Circulante	(5)	-	(5)	(373.220)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	145.517	176.907	322.424	-
	=====	=====	=====	=====

(a) Encargos moratórios referentes às renegociações das debêntures da controlada indireta AMMO em Julho de 2024, e que compõem o saldo devedor, registrados na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” no resultado do período.

(b) Dadas as características do passivo financeiro relacionado às debêntures da controlada indireta AMMO e os novos termos contratuais repactuados nessa operação, para fins contábeis, o respectivo instrumento financeiro deverá ser remensurado a valor justo por meio do resultado, observando os conceitos previstos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e aplicando a técnica de valor presente observada no CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração a valor justo.

(c) Os efeitos do ajuste a valor presente das debêntures da controlada indireta AMMO, foram registrados na rubrica “Receitas financeiras” no resultado do período e a recomposição do juros ao longo do contrato será registrado na rubrica “Despesas financeiras – juros e encargos” no resultado do período.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Mercado interno	321.180	256.921
Mercado externo	40.866	36.527
	-----	-----
	362.046	293.448
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 311 dias (158 dias em 31 de dezembro de 2023).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.743	1.027.957	1.674.093
	=====	=====	=====

A controlada CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023
Saldo inicial	73.645	94.517
Apropriação das parcelas da outorga	4.675	4.717
Baixas (a)	(42.568)	(42.944)
Juros (7,5% a.a.)	23.847	23.268
Variação monetária (IGP-M)	3.209	(2.729)
	-----	-----
Saldo a vencer do contrato	62.808	76.829
Parcelas em atraso (b)	243.630	158.672
	-----	-----
Total	306.438	235.501
Circulante	(251.648)	(212.195)
	-----	-----
Não circulante	54.790	23.306
	=====	=====

(a) As baixas representam as parcelas vencidas mensalmente conforme previsto no contrato de concessão.

(b) Em maio de 2023, a controlada CSA ingressou com ação judicial solicitando o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão, mediante a substituição do índice de correção monetária definido no referido contrato, para que os valores das UBP's sejam corrigidos de acordo com o IPCA, apurando se, ainda, o montante pago a maior em razão da aplicação de tal índice durante o período de 2013 a 2023.

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de setembro de 2024, somam R\$13.683 (R\$14.759 em 31 de dezembro de 2023) (vide nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		30.09.2024	31.12.2023
Imóveis	2024	1.006	67
SGUS (*)	2030	195.778	173.973
Imóveis – lojas	2029	30.572	42.573
		-----	-----
		227.356	216.613
Circulante		(50.110)	(49.098)
		-----	-----
Não circulante		177.246	167.515
		=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

		2025				
	2024	Curto prazo	Longo prazo	2026	2027 a 2030	Total
Imóveis	186	537	179	179	-	1.081
SGUS	38.258	-	38.566	38.878	158.691	274.393
Imóveis – lojas	3.820	9.995	2.934	8.999	9.495	35.243
Total bruto	42.264	10.532	41.679	48.056	168.186	310.717
Ajuste a valor presente	(2.068)	(618)	(5.823)	(10.092)	(64.760)	(83.361)
Total a pagar	40.196	9.914	35.856	37.964	103.426	227.356
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.09.2024				30.09.2023
	Imóveis	SGUS	Imóveis – lojas	Total	Total
Saldo no início do período	67	173.973	42.573	216.613	269.200
Adições (1)	1.303	-	4.699	6.002	24.875
Baixas (2)	-	-	(6.275)	(6.275)	(5.782)
Encargos	57	-	2.346	2.403	18.853
Pagamentos	(421)	-	(12.771)	(13.192)	(47.511)
Variação cambial	-	21.805	-	21.805	(8.600)
Saldo no final do período	1.006	195.778	30.572	227.356	251.035
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os efeitos no resultado para os períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023 são como segue:

	30.09.2024		30.09.2023	
	Imóveis	Imóveis – lojas	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no período	421	12.771	13.192	47.511
PIS e COFINS recuperado	-	(1.181)	(1.181)	(1.600)
Amortização de direitos de uso	(376)	(10.237)	(10.613)	(18.971)
PIS e COFINS sobre amortização	-	961	961	1.354
Encargos, líquidos	(57)	(2.346)	(2.403)	(7.237)
PIS e COFINS sobre juros	-	218	218	246
Baixas, líquidas	-	54	54	423
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	(20.630)
	-----	-----	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(12)	240	228	1.096
	=====	=====	=====	=====

18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	30.09.2024				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(403.943)	(408.030)	6.792	401.337	(403.844)
Equivalência patrimonial	401.685	2.100	-	(401.685)	2.100
Outros	-	116	-	-	116
	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(2.258)	(405.814)	6.792	(348)	(401.628)
Alíquota de 34%	768	137.977	(2.309)	118	136.554
Créditos fiscais não constituídos	(768)	(137.977)	2.309	(118)	(136.554)
Outros	-	(99)	-	-	(99)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro - corrente	-	(99)	-	-	(99)
	=====	=====	=====	=====	=====

	30.09.2023				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(841.119)	(697.892)	(124.492)	837.465	(826.038)
Equivalência patrimonial	837.468	-	-	(837.468)	-
Subvenção para investimentos	-	(2.352)	-	-	(2.352)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(37)	-	(37)
Outros	-	403	-	-	403
	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(3.651)	(699.841)	(124.529)	(3)	(828.024)
Alíquota de 34%	1.241	237.946	42.340	1	281.528
Créditos fiscais não constituídos	(1.241)	(238.001)	(57.269)	(1)	(296.512)
Outros	-	(97)	-	-	(97)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(152)	(14.929)	-	(15.081)
	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(100)	(37)	-	(137)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	(52)	(14.892)	-	(14.944)
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2023	Reconhecidos no patrimônio líquido	Variação cambial	Saldos em 30.09.2024
Ativo:				
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	1.905
	-----	-----	-----	-----
	18.688	-	-	18.688
Imposto diferido passivo:				
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(117.738)	(148.635)	-	(266.373)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(593)	-	37	(556)
	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquidos	(99.643)	(148.635)	37	(248.241)
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	1.905	-	-	1.905
Total do passivo não circulante (soma de p)	(101.548)	(148.635)	37	(250.146)
	=====	=====	=====	=====

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia possuía R\$139.635 em prejuízos fiscais (R\$140.916 em 31 de dezembro de 2023) e R\$139.635 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$140.917 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2025	3.766	-	3.766
A partir de 2027	13.017	-	13.017
	-----	-----	-----
	16.783	-	16.783
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 30 de setembro de 2024, a controlada CSA possuía R\$2.626.404 em prejuízos fiscais (R\$2.278.711 em 31 de dezembro de 2023) e R\$2.634.815 e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$2.285.137 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Em 30 de setembro de 2024, a controlada indireta AMMO possuía R\$753.553 em prejuízos fiscais (R\$615.912 em 31 de dezembro de 2023) e R\$753.582 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$615.940 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias.

	Imóveis para renda			Imóveis para valorização		
	São Gonçalo					
	Complexo comercial (9.1)	Complexo residencial (9.2)	Vinhedo (9.3)	Montes Claros (9.4)	João Pessoa (9.5)	Total
Valor justo	382.678	49.382	64.389	394.491	204.032	1.094.972
Total do custo residual	(112.094)	(1.529)	(63.800)	(87.811)	(46.283)	(311.517)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	270.584	47.853	589	306.680	157.749	783.455
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	91.998	16.269	200	104.271	53.635	266.373
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

Em 30 de setembro de 2024, a controlada SGUS possui saldo de R\$1.485.190 em prejuízos fiscais (R\$1.319.772 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais e estaduais, validade entre 2024 a 2034.

c. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	17.828	15.909
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.299	18.051
PIS e COFINS a recuperar (*)	7.938	20.036
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	1.792	1.263
IPTU a compensar	7.448	7.219
Outros impostos a recuperar	819	409
	-----	-----
	55.124	62.887
Circulante	(42.286)	(45.828)
	-----	-----
Não circulante	12.838	17.059
	=====	=====

(*) O saldo consolidado inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS que estão sendo compensados com débitos de impostos Federais.

d. Impostos devidos e parcelamentos

Os impostos devidos e parcelamentos consolidados são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Parcelamentos estaduais	116.287	103.323
Parcelamentos federais	294.350	269.424
Outros parcelamentos	9.289	8.749
	-----	-----
	419.926	381.496
Circulante	(107.789)	(103.316)
	-----	-----
Não circulante	312.137	278.180
	=====	=====

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2025			2026	2027 a 2036	Total
	2024	Curto prazo	Longo prazo			
Parcelamentos estaduais	14.055	21.116	9.036	20.900	51.180	116.287
Parcelamentos federais	21.141	44.681	18.894	60.154	149.480	294.350
Outros parcelamentos	5.143	1.653	551	1.732	210	9.289
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	40.339	67.450	28.481	82.786	200.870	419.926
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A controlada CSA e a controlada indireta AMMO possuem parcelamentos vigentes e pedidos de parcelamento de impostos e contribuições em atraso. A classificação contábil considera a possibilidade legal de obtenção dos parcelamentos conforme legislação aplicável e respectiva quantidade de parcelas, incluindo multas e juros incorridos.

19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas cujas perdas foram estimadas como possíveis, no valor de R\$42.347, R\$46.844 e R\$2.710, respectivamente (R\$42.347, R\$46.844 e R\$2.710 respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) glosas de créditos de COFINS (R\$7.877); (ii) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (iii) estorno de crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$6.978); (iv) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); (v) ICMS diferido sobre importações (R\$1.612); (vi) ICMS obrigações acessórias (R\$705); (vii) Notas fiscais não reconhecidas (R\$1.448); e (viii) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – COFURH (R\$1.301). O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Tributários	44.333	41.877
Trabalhistas	82.822	31.078
Cíveis e outras	5.695	5.461
	-----	-----
	132.850	78.416
	=====	=====
Depósitos judiciais	17.674	12.822
	=====	=====

Tributários – As controladas CSA e AMMO são polo ativo em ações judiciais que visam contestar a cobrança do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) em decorrência da inconstitucionalidade da cobrança através de Convênio, sem lei complementar que o institua, bem como pelo descumprimento do princípio da anterioridade anual e nonagesimal da LC nº190/2022 pelos Estados. Inclui provisão sobre crédito complementar de PIS COFINS.

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros. No contexto da consolidação do parque fabril da controlada CSA, com a desativação de duas plantas industriais, houve redução significativa do quadro de funcionários e consequentemente, aumento de ações trabalhistas.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2023	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 30.09.2024
Tributários	41.877	2.472	(16)	-	44.333
Trabalhistas	31.078	52.013	(247)	(22)	82.822
Cíveis e outras	5.461	1.793	(1.528)	(31)	5.695
	-----	-----	-----	-----	-----
	78.416	56.278	(1.791)	(53)	132.850
	=====	=====	=====	=====	=====

	Saldos em 31.12.2022	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 30.09.2023
Tributários	4.524	2.312	(149)	-	6.687
Trabalhistas	11.064	5.210	(1.150)	(471)	14.653
Cíveis e outras	5.213	1.053	(133)	(624)	5.509
	-----	-----	-----	-----	-----
	20.801	8.575	(1.432)	(1.095)	26.849
	=====	=====	=====	=====	=====

20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuir com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão definido em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	30.09.2024	31.12.2023
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.156	1.027
Custo dos juros, líquido	5.333	4.739
	-----	-----
Custo líquido do benefício	6.489	5.766
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	30.09.2024	31.12.2023
Provisão para plano de pensão	136.764	121.533
Outras provisões de benefícios a funcionários	2.119	1.883
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	138.883	123.416
	-----	-----
Circulante (a)	(19.084)	(16.957)
	-----	-----
Não circulante	119.799	106.459
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2024, foi aprovado o grupamento das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM nº81/2022, no total de 50.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas representativas do capital social, na proporção de 5 ações para 1 ação da mesma espécie, sem modificação do valor do capital social, de forma que o capital social, a partir daquela data, passou a ser representado por 10.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de setembro de 2024, o capital social subscrito e realizado está representado por 10.000.000 de ações ordinárias com direito a voto (50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto em 31 de dezembro de 2023).

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Ajustes acumulados de conversão

São registrados como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial dos investimentos líquidos de saldos com partes relacionadas no exterior, referente às controladas diretas e indiretas.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam a participação reflexa dos ganhos e perdas não realizados em: (i) mais valia apurada após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo de controladas; e (ii) ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido de controladas.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
Controladora:				
Coteminas S.A. – em recuperação judicial	-	-	52.417	47.195
	-----	-----	-----	-----
	-	-	52.417	47.195
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial	115.182	195.406	-	-
Coteminas International Ltd.	20.465	15.777	-	-
Sucursal Argentina	15	10	-	-
Santanense Argentina	8	6	-	-
	-----	-----	-----	-----
	135.670	211.199	-	-
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros receita (despesa)	
	30.09.2024	30.09.2023
Controladora:		
Companhia Tecidos Santanense - em recuperação judicial	5	(37)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas – em Recuperação Judicial	196	(26)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. - em recuperação judicial	7	-
	-----	-----
	208	(63)
	=====	=====
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial	10.868	28.415
Companhia Tecidos Santanense - em recuperação judicial	(684)	3.143
Coteminas International Ltd.	(4)	(10)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. - em recuperação judicial	(12)	(19)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	(2)	(13)
Seda S.A.	34	299
Parigi Imobiliária S.A.	-	(64)
	-----	-----
	10.202	31.751
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Nos nove primeiros meses de 2024, a controlada CSA forneceu produtos intermediários para a parte relacionada Companhia Tecidos Santanense - em Recuperação Judicial (“CTS”), empresa ligada, no valor de R\$1.549 (R\$8.329 no mesmo período de 2023). O saldo a receber referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 5.

A controlada CSA e a controlada indireta AMMO possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. No período de nove meses de 2024, foi apropriado como aluguel o valor de R\$4.333 entre as empresas, eliminados no resultado consolidado da controlada CSA. (No mesmo período de 2023, o imóvel pertencia à Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em Recuperação Judicial (“CTNM”), controladora da Companhia e o valor apropriado como despesa na AMMO foi de R\$4.298. Vide nota explicativa nº 9.3 às demonstrações contábeis intermediárias).

Em 30 de setembro de 2024, a controlada indireta LAT Capital Ltd. possuía R\$14.184 (R\$10.975 em 31 de dezembro de 2023), em aplicações em fundos de investimentos e depósitos no exterior, cedidos pela Coteminas International Ltd., empresa sob controle comum.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
Conselheiros	582	877	648	1.872
Diretores estatutários	-	-	2.524	2.019
Outros diretores	-	-	6.603	7.782
	-----	-----	-----	-----
	582	877	9.775	11.673
	=====	=====	=====	=====

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas podem realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias e seus saldos estão descritos no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	41	1	49.973	38.160
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	14.746	13.290
Duplicatas a receber	-	-	95.655	125.276
Outros créditos a receber	3.916	960	22.029	17.031
Títulos e valores mobiliários (nc)	-	-	4.191	8.632
Valores a receber – clientes	-	-	3.226	3.466
Partes relacionadas	-	-	135.670	211.199
Depósitos judiciais	-	-	17.674	12.822
Outros	-	-	27.551	24.945
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	6.837	5.188	653.181	680.547
Debêntures (c)	-	-	5	373.220
Fornecedores	898	321	362.046	293.448
Concessões governamentais (c)	-	-	251.648	242.201
Outras contas a pagar	-	-	49.714	52.159
Empréstimos e financiamentos (nc)	1.193	4.373	55.257	53.967
Debêntures (nc)	-	-	145.517	-
Partes relacionadas	52.417	47.195	-	-
Concessões governamentais (nc)	-	-	54.790	19.337
Outras obrigações	-	-	16.961	16.005
Valor justo:				
Debêntures (nc)	-	-	176.907	-

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários que, quando aplicável, são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	30.09.2024				Varição cambial sobre investimentos no exterior
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	R\$
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	79.557	14.171.926	-	-	36.580
LAT Capital	14.817	-	2.720	-	1.880
Textil Guarani	1.184	-	-	1.694.415	58
SGUS	234.928	-	43.121	-	25.755
	-----	-----	-----	-----	-----
	330.486	14.171.926	45.841	1.694.415	64.273
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(80.188)	-	(14.719)	-	(8.930)
SGUS	(245.206)	-	(45.008)	-	(27.445)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(325.394)	-	(59.727)	-	(36.375)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de investimentos líquidos	5.092	14.171.926	(13.886)	1.694.415	27.898
	=====	=====	=====	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	30.09.2024	31.12.2023
Duplicatas a receber	11.289	15.983
Fornecedores	(12.687)	(7.254)
Empréstimos e financiamentos	(75.021)	(65.823)
Partes relacionadas	(649)	(703)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(77.068)	(57.797)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(14.146)	(11.938)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 30 de setembro de 2024 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta do Dólar	(376)	(14)	(529)	(1.044)
2025	Alta do Dólar	(13.770)	(1.116)	(20.150)	(39.185)
		-----	-----	-----	-----
		(14.146)	(1.130)	(20.679)	(40.229)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens. No período de nove meses de 2024, a controlada CSA registrou uma perda no montante de R\$6.270.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	30.09.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	-	-	-	-	77.943
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	196.442	11.994	-	208.436	114.720
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2029 (*)	-	-	-	-	84.177
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	194.738	11.889	-	206.627	106.732
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	58.670	3.582	-	62.252	57.516
(referência à nota explicativa nº 13)				477.315	441.088
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: janeiro/2025	6.088	1.096	-	7.184	6.373
(referência à nota explicativa nº 13)				7.184	6.373
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	2.544	286	-	2.830	2.893
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.676	190	-	1.866	1.752
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.603	182	-	1.785	1.676
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.603	182	-	1.785	1.676
(referência à nota explicativa nº 13)				8.266	7.997

Descrição	30.09.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: outubro/2024	4.936	900	-	5.836	5.190
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	26.384	4.704	-	31.088	27.882
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	10.744	2.184	-	12.928	11.529
(referência à nota explicativa nº 13)				49.852	44.601
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 1,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: março/2026	3.499	42	-	3.541	3.095
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 1,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: março/2026	3.802	46	-	3.848	3.399
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 1,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: março/2026	2.865	34	-	2.899	2.837
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,3% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026 (*)	-	-	-	-	4.221
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 1,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: março/2026	5.864	68	-	5.932	5.418
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,3% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026 (*)	-	-	-	-	4.126
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 1,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2026	10.044	33	-	10.077	-
(referência à nota explicativa nº 13)				26.297	23.096
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: outubro/2024	1.105	122	-	1.227	2.741
(referência à nota explicativa nº 13)				1.227	2.741

Descrição	30.09.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 18% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: julho/2024	-	-	-	-	1.376
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,2% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2029	3.610	307	-	3.917	4.134
(referência à nota explicativa nº 13)				3.917	5.510
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2029	20.330	118	-	20.448	19.629
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2029	1.269	8	-	1.277	-
(referência à nota explicativa nº 13)				21.725	19.629
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	3.024	974	-	3.998	3.835
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028 (*)	-	-	-	-	22.320
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028 (*)	-	-	-	-	4.925
(referência à nota explicativa nº 13)				3.998	31.080
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,6% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: junho/2024	-	-	-	-	26.752
(referência à nota explicativa nº 13)				-	26.752
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	4.837	485	-	5.322	5.056
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2025	2.246	241	-	2.487	2.455

Descrição	30.09.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2025	1.845	203	-	2.048	2.016
(referência à nota explicativa nº 13)				9.857	9.527
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,9% Contraparte: Banco Luso Brasileiro S.A. Vencimento: março/2027 (*)	-	-	-	-	10.388
(referência à nota explicativa nº 13)				-	10.388
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 14,7% Contraparte: SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios Vencimento: setembro/2025	525	25	-	550	4.968
(referência à nota explicativa nº 13)				550	4.968
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 6,0% a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031	117.333	30.004	(1.815)	145.522	141.150
(referência à nota explicativa nº 14)				145.522	141.150
	687.626	69.899	(1.815)	755.710	774.900
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2024, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta da taxa	185.390	4.636	5.104	5.559
2025	Alta da taxa	169.965	23.583	26.802	29.651
2026	Alta da taxa	169.786	26.947	27.775	31.009
2027	Alta da taxa	134.156	17.128	17.918	19.245
2028	Alta da taxa	124.722	16.175	16.794	17.969
2029	Alta da taxa	580.917	327.694	521.015	668.783
2030	Alta da taxa	550.313	60.007	80.123	94.637
2031	Alta da taxa	525.009	51.024	69.666	82.928
2032	Alta da taxa	371.126	38.633	55.354	66.907
2033	Alta da taxa	253.040	26.243	38.191	67.961
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um

aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 30 de setembro de 2024, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	708.438	734.514
Debêntures	322.429	373.220
Caixa e equivalentes de caixa	(49.973)	(38.160)
Títulos e valores mobiliários	(18.937)	(21.922)
	-----	-----
Total da dívida líquida	961.957	1.047.652
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	(812.037)	(724.519)
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	149.920	323.133
	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: "Atacado" e "Varejo".

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As vendas realizadas pela controlada CSA para a controlada indireta AMMO são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas realizadas para terceiros e que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado e Varejo. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	30.09.2024			
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	145,3	161,9	-	307,2
Custo dos produtos vendidos	(124,5)	(82,7)	-	(207,2)
Custo de ociosidade e outros	(111,0)	-	-	(111,0)
Lucro (prejuízo) bruto	(90,2)	79,2	-	(11,0)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(77,1)	(137,6)	(1,1)	(215,8)
Equivalência patrimonial em coligada	-	(2,1)	-	(2,1)
Outros	(20,0)	1,0	-	(19,0)
Resultado das operações	(187,3)	(59,5)	(1,1)	(247,9)
Resultado financeiro	-	33,0	(188,9)	(155,9)
Resultado antes dos impostos	(187,3)	(26,5)	(190,0)	(403,8)
Depreciação e amortização	37,7	15,0	-	52,7
	=====	=====	=====	=====

	30.09.2023			
			(*) Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo		
Receita operacional líquida	246,8	258,2	-	505,0
Custo dos produtos vendidos	(190,9)	(127,3)	-	(318,2)
Custo de ociosidade e outros	(178,9)	-	-	(178,9)
	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	(123,0)	130,9	-	7,9
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(109,6)	(166,3)	(11,5)	(287,4)
Provisão para reestruturação	(47,7)	-	-	(47,7)
Baixa precatórios, líquidos	(62,6)	-	-	(62,6)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	(107,6)	(107,6)
Outros	(52,7)	(6,1)	(4,6)	(63,4)
	-----	-----	-----	-----
Resultado das operações	(395,6)	(41,5)	(123,7)	(560,8)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(62,2)	(192,4)	(254,6)
Variação cambial	-	-	(10,6)	(10,6)
	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	(395,6)	(103,7)	(326,7)	(826,0)
Depreciação e amortização	44,7	22,5	3,0	70,2
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações da controlada SGUS.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	133,5	237,6
Produtos intermediários	11,8	9,2
Varejo	161,9	258,2
	-----	-----
	307,2	505,0
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	2,4	3,9
Produtos intermediários	1,0	1,1
	-----	-----
	3,4	5,0
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos no segmento atacado em 30 de setembro de 2024.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	380.867	649.206
Deduções das receitas	(73.620)	(144.238)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	307.247	504.968
	=====	=====

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(268.864)	(371.067)
Benefícios a empregados	(168.814)	(233.140)
INSS	(18.975)	(31.257)
Depreciação e amortização	(52.740)	(70.232)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(24.680)	(78.664)
	-----	-----
Total por natureza	(534.073)	(784.360)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023
Custo dos produtos vendidos	(207.240)	(318.230)
Custo de ociosidade e outros	(111.018)	(178.905)
Vendas	(135.420)	(180.687)
Gerais e administrativas	(70.620)	(94.865)
Honorários da administração	(9.775)	(11.673)
	-----	-----
Total por função	(534.073)	(784.360)
	=====	=====

27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

		30.09.2023	
	30.09.2024	Com grupamento	Sem grupamento
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(403.943)	(841.119)	(841.119)
Número médio ponderado das ações ordinárias	10.000.000	10.000.000	50.000.000
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	(40,3943) =====	(84,1119) =====	(16,8224) =====

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 29 de maio de 2024, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia naquela data. Por esse motivo, a Companhia apresenta para fins comparativos o lucro básico e diluído por ação, para o período findo em 30 de setembro de 2023, aplicando-se o grupamento naquela data.

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Banco Sofisa - Em novembro de 2024, a controlada CSA e seu avalista repactuaram dívidas dos empréstimos no montante de R\$4.062, considerando vencimento até novembro de 2029, a amortização do principal a partir de dezembro de 2025. O empréstimo é garantido por aval e penhora de imóveis.

Banco Fibra - Em junho de 2025, a controlada CSA entregou imóvel de Vinhedo em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco no valor de R\$64.611 (R\$26.332 em empréstimos da controlada CSA). Nesta operação houve um ganho de R\$222, que não estão refletidos nessas demonstrações financeiras.

Banco ABC - Em setembro de 2025, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$11.158, considerando vencimento até dezembro de 2030. A amortização do principal de R\$1.566 até outubro de 2025 e saldo remanescente em parcelas mensais a partir de janeiro de 2026 e taxa de juros Selic + 1%a.a. Os empréstimos são garantidos por alienação fiduciária

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nas apresentações do balanço e notas explicativas das demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2024.

b) Debentures AMMO

Em maio de 2025, a controlada indireta AMMO realizou amortização extraordinária parcial de suas Debêntures, no montante de R\$71,8 milhões. Os valores tiveram origem em créditos detidos pela controladora indireta Wembley S.A. perante a Cantagalo General Grains, vinculados ao contrato de alienação fiduciária das Debêntures, em conformidade com as condições contratuais vigentes.

c) Investimento em coligada

Em abril de 2025, a controlada indireta AMMO realizou contrato de compra e venda parcial das ações da coligada A11I Tecnologia S.A., pelo valor de R\$12,1 milhões. Em Agosto de 2025, todos os termos do

contrato e da legislação aplicável a Recuperação Judicial foram cumpridos. O valor foi integralmente liquidado e a controlada indireta AMMO passou a deter 19% de participação na coligada.

d) Outros eventos subsequentes

Em 2024, no contexto de reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta AMMO realizou o fechamento de 33 lojas próprias (29 lojas foram encerradas até 30 de setembro de 2024). A provisão para perdas sobre as benfeitorias em imóveis de terceiros, pontos comerciais e outros ativos imobilizados destas lojas já estavam provisionados em 31 de dezembro de 2023 (vide notas explicativas nº10 e nº12 às demonstrações contábeis intermediárias).

Em 2025, a administração da controlada indireta AMMO realizou o fechamento de 21 lojas próprias. A provisão para perdas sobre as benfeitorias em imóveis de terceiros, pontos comerciais e outros ativos imobilizados destas lojas foram provisionados em 31 de dezembro de 2024.

* * * * *



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao 3º trimestre de 2024, emitido nesta data.

São Paulo, 17 de outubro de 2025.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 17 de outubro de 2025.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores